

Manoel Bomfim, educador e “cientista da educação”*

Rebeca Gontijo

Este ensaio visa apresentar, de forma abrangente e crítica, a obra do intelectual Manoel Bomfim sobre educação. Ensaísta polêmico, pouco divulgado, foi relegado a uma posição de menor destaque nos anos que seguiram sua morte, em 1932. Parte significativa de seus livros sobre o Brasil foram reeditados recentemente (anos 1990); contudo, seus estudos sobre educação não o foram e são de difícil acesso. De modo geral, a leitura de tais textos contribui para a compreensão dos problemas educacionais e de algumas das questões pedagógicas mais prementes no Brasil do fim do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Daí a importância de sua reedição e releitura hoje.

A abordagem procura tecer relações entre as reflexões de Manoel Bomfim e sua atuação como intelectual em um dado contexto, considerando tanto a linguagem utilizada pelo autor em seus textos, como os diálogos efetuados com seus contemporâneos.

O presente texto está organizado em duas partes. A primeira recupera a trajetória do autor, com destaque para sua atuação como educador. A segunda é constituída por uma análise de sua obra, com destaque para sua contribuição para a educação brasileira.

I. Trajetória de um educador, pensador do social

Manoel José do Bomfim (1868-1932) nasceu a 8 de agosto em Aracaju, Sergipe. Foi o sexto dos treze filhos de Paulino José¹ – um vaqueiro que se tornou

* Em 1998, participei das pesquisas que resultaram na elaboração de dois verbetes para o *Dicionário de Educadores Brasileiros: da colônia aos dias atuais* (1999), escritos em co-autoria com a Prof^a. Dr^a. Maria Ciavatta Franco, da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. No início de 2007, Maria indicou meu nome aos coordenadores do projeto Educadores Brasileiros, para que elaborasse o ensaio sobre Manoel Bomfim e indicasse o texto base a ser incluído na coleção Educadores. Agradeço a todos os responsáveis pela oportunidade concedida a uma recém-doutora, especialmente a Maria e à Prof^a. Dr^a. Maria de Lourdes Fávero, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Oportunidade que, entre outras coisas, permitiu que eu trilhasse um novo caminho de pesquisa, no fascinante campo da história da educação. Também não posso deixar de agradecer muitíssimo a Rosane Maria Nunes Andrade, do setor de pesquisa da Biblioteca Nacional, pela ajuda prestimosa na localização e cópia dos textos de Manoel Bomfim dispersos em periódicos. Do mesmo modo, agradeço à Prof^a. Dr^a. Alessandra Frota Martinez de Schueler, da Faculdade de Educação da UERJ – amiga desde a graduação – pelas valiosas sugestões de leitura; ao Prof. Dr. Osmar Fávero, da Faculdade de Educação da UFF, que gentilmente me emprestou a cópia de um raríssimo livro de Bomfim, *Cultura e educação do povo brasileiro* (1932); a Luciana da Silva Santos, então aluna da UERJ-FFP, que me auxiliou na cópia de alguns textos; a Cristina Grangier, que ajudou muito na digitação; e a Ana Elizabete Negreiros Barroso, do MEC, que me manteve sempre informada. Agradecimento especial devo ao Sr. Luiz Paulino Bomfim, ex-combatente do Exército Brasileiro, neto de Manoel Bomfim, que gentilmente me recebeu em sua casa no Rio de Janeiro, confiou-me fotografias de família e presenteou-me com um valioso objeto biográfico: a caneta tinteiro de seu avô. Muito obrigada. Por fim, agradeço a Marcelo Magalhães pela leitura atenta.

· Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista do Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores (PRODOC) da CAPES, no Departamento de História da UFF desde 2008. Membro do grupo de pesquisas Oficinas de História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); e do Núcleo de Pesquisas em História Cultural (NUPEHC), da UFF.

dono de loja e de engenhos – e de Maria Joaquina, filha de comerciantes portugueses.²

Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia em 1886. Lá tornou-se amigo de Alcindo Guanabara (1865-1918), que posteriormente seria um dos grandes nomes do jornalismo carioca.³ Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1888. Obteve o diploma na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1890, e logo começou a exercer a profissão. Atuou como médico da Secretaria de Polícia e tenente-cirurgião da Brigada Policial, de 1891 a 1892. Em 1893, foi viver em Mococa, no interior paulista. De acordo com o biógrafo Ronaldo Conde Aguiar, a saída repentina da então capital federal ocorreu devido a perseguições políticas. Bomfim estaria entre os intelectuais antimilitaristas que apoiaram eleições imediatas para presidente, contra a permanência de Floriano Peixoto (1839-1895) no poder.⁴

Em 1894, após a morte da filha, deixou São Paulo e a medicina. Voltou ao Rio disposto a recomeçar a vida como jornalista. Quando ainda era estudante, freqüentara a redação do jornal *Cidade do Rio*, fundado por José do Patrocínio (1853-1905), onde

¹ Segundo Ronaldo Conde Aguiar, biógrafo de Manoel Bomfim, Paulino José não possuía sobrenome. Por ocasião de seu casamento com Maria Joaquina, por volta de 1858, ele obtivera seus primeiros documentos de identificação, onde fez constar o nome da localidade de onde viera como sobrenome: Bom Fim do Carira, Sergipe. Daí, Paulino José do Bomfim. Ver AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 80.

² Todas as informações sobre a biografia de Manoel Bomfim, assim como aquelas que dizem respeito a outras personalidades aqui citadas foram extraídas – salvo informação em contrário – de: AGUIAR, op. cit.; BITTENCOURT, Liberato. *Homens do Brasil*, vol. I. Sergipe. 2^a. edição correta e aumentada. Rio de Janeiro, Typ. Mascotte, 1917; VELHO SOBRINHO, J. F. *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: [Irmãos Pongetti], vol. I, 1937; Ministério da Educação e Saúde, vol. II, 1940; GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro [Empresa Graphica Editora Paulo, Pongetti & C.], 1925; BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional [e] Imprensa Nacional, 1883-1902, 7 vols.; ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República*, 1889-1917. Rio de Janeiro: M. Abranches, 1918, vol. II; GUIMARÃES, Argeu. *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro de Diplomacia, Política Externa e Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1938; CORTÉS, C. *Homens e Instituições do Rio*. Rio de Janeiro: s. e., 1957; SOUSA, J. Galante de. *O teatro no Brasil*, tomo II. Subsídios para uma biobibliografia do teatro no Brasil. Rio de Janeiro: INL, 1960; MELO, Luís Correia de. *Subsídios para um dicionário dos intelectuais riograndenses*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional [e] Imprensa Nacional, 1883-1902, 7 vols.; STUDART, Guilherme. *Dicionário Biobibliográfico Cearense*. Fortaleza: Typo-Litografia a vapor e Typ. Minerva, de Anis Bezerra, 1910-1915, 3 vols.; GRIMAL, Pierre (dir.). *Dicionário Internacional de Biografias*. São Paulo: Martins Fontes, 1969; e da *Grande Enciclopédia Delta Larousse*. Rio de Janeiro: Delta, 1978.

³ Alcindo Guanabara nasceu em Magé, Rio de Janeiro. Abandonou a faculdade de medicina para dedicar-se ao jornalismo. Foi diretor do jornal republicano *Correio do Povo*, além de atuar em *O Paiz* e *A Tribuna*. Fundou, junto com Manoel Bomfim, o jornal *A Nação* (1904). Fez parte da roda boêmia carioca que reunia, além de Bomfim, Olavo Bilac (1865-1918), Luís Murat (1861-1929), Guimarães Passos (1867-1909), Aluísio de Azevedo (1857-1913), entre outros. Seus escritos versavam, principalmente, sobre política e finanças. Escreveu *História da revolta de 6 de setembro de 1893* (1894), *A dor* (1905), *Discursos fora da Câmara* (1911). Também atuou como deputado federal e senador. Foi amigo pessoal de Bomfim, que lhe dedicou o livro *Pensar e dizer*, de 1923.

⁴ Floriano Peixoto foi Presidente da República de 23/11/1891 a 15/11/1894. A intelectualidade da época dividia-se, de modo geral, entre os que apoiavam sua permanência no poder e os que defendiam a realização de eleições diretas para a presidência da República. No primeiro grupo era possível encontrar nomes como Raul Pompéia (1863-1895), Medeiros de Albuquerque (1867-1934), Paula Ney (1858-1897), Lúcio de Mendonça (1854-1909) e Emílio de Menezes (1867-1918). No segundo estariam Pardal Mallet (1864-1895), Coelho Neto (1864-1934), Luís Murat (1861-1929), Guimarães Passos (1867-1909), Aluísio de Azevedo (1857-1913), José do Patrocínio (1853-1905), Rui Barbosa (1849-1923), Carlos de Laet (1847-1927), Capistrano de Abreu (1853-1927) e Manoel Bomfim. Ver AGUIAR, op. cit., p.165.

muitos jovens iniciaram a carreira como escritores.⁵ Além disso, publicara artigos nos jornais *Correio do Povo* e *O Republicano*. O jornalismo era, então, uma porta de entrada para o mundo literário. Além disso, propiciava a remuneração necessária para a sobrevivência dos escritores e abria possibilidades para que esses se tornassem conhecidos, ou ainda, para que ocupassem um lugar na burocracia oficial ou no mundo da política.⁶

No final do século XIX e início do século XX, Manoel Bomfim era freqüentador das palestras na Livraria Garnier, dos cafés e das conferências do Instituto Nacional de Música.⁷ Também participava da roda boêmia⁸ de Coelho Neto (1864-1934).⁹

Nas palavras do próprio Bomfim:

A vida da boêmia era feita nos cafés, para onde se ia depois do trabalho no jornal. Não podendo ficar no Java ou no Londres após o trabalho de redação, ao lado dos companheiros, levava-os Coelho [Neto] para a sua casa, onde ficavam todos até alta madrugada. Quando era, por qualquer motivo, obrigado a ficar em casa, eles iam para lá, reconstituindo a roda como em qualquer café da cidade.¹⁰

Muitos dos freqüentadores dessas rodas boêmias – reunidas nas confeitarias, nos cafés e nos salões – eram egressos dos cursos de Direito, Medicina ou Engenharia,¹¹ sendo que alguns não chegaram a concluir seus estudos, abandonando-os pelas letras e pelo jornalismo. Escrevendo para os jornais tornavam-se conhecidos

⁵ Segundo Marialva Barbosa, o *Cidade do Rio* pode ser considerado como tendo sido um verdadeiro quartel general da “literatura jornalística” ou do “jornalismo literário” em fins do século XIX. Desenvolveu forte campanha abolicionista, mas perdeu força após 1888. Sobre esse assunto, ver BARBOSA, Marialva. Boemia literária. In: _____. *Os donos do Rio*. Imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, p. 95-107.

⁶ Ver BARBOSA, op.cit., p. 96-98.

⁷ Sobre os encontros na Livraria Garnier, ver, por exemplo, ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1998, p. 177-79; sobre os cafés, ver VELLOSO, Mônica Pimenta. Cafés, revistas e salões: microcosmo intelectual e sociabilidade. In: _____. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 35-85; a respeito das conferências, ver OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 113. Em 1905, Bomfim ministrou uma conferência no Instituto Nacional de Música sobre o ciúme, posteriormente publicada como artigo na revista *Os Annaes*, n. 49. Ver AGUIAR, op. cit., p; 359-367. O assunto da conferência gerou discussão nos jornais e inspirou uma peça de teatro com o mesmo título.

⁸ Segundo Marialva Barbosa, “para se distinguir nessa república das letras é preciso mover-se por entre ela, freqüentando as confeitarias e os cafés da moda, onde os homens de letras e de imprensa – posições que ocupam concomitantemente – se reúnem, formando a opinião. O escritor precisa ser visto e ser reconhecido pelo público leitor”. Ver BARBOSA, op.cit., p.105. Ainda sobre as rodas boêmias no Rio de Janeiro, do início do século XX, ver MACHADO NETO, A. L. A boêmia literária. In: _____. *Estrutura social da república das letras*. Sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930. São Paulo: Edusp/Grijalbo, 1973, p. 91-98; e, também, VELLOSO, op. cit.

⁹ Henrique Maximiano Coelho Neto nasceu em Caxias, Maranhão. Abolicionista e republicano, escreveu *A Capital federal* (1893); *A conquista* (1899), *A esfinge* (1908) e *Fogo fátuo* (1928). Abandonou a faculdade de Medicina no Rio e a de Direito, em São Paulo. Além de atuar como jornalista na imprensa carioca, foi professor, funcionário público e deputado.

¹⁰ BOMFIM *apud* CAMPOS, Humberto de. *Diário secreto*, vol. II. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1954, p. 102. Entre os principais cafés da cidade estava, além dos citados Java (Largo de São Francisco) e Londres (rua do Ouvidor), o Café do Rio (Rua do Ouvidor com Gonçalves Dias), o Café Papagaio (rua Gonçalves Dias, entre as ruas do Ouvidor e Sete de Setembro) e o Café Inglês (rua do Ouvidor). Ver AGUIAR, op. cit., p. 223.

¹¹ Sobre os cursos de Direito, Medicina e Engenharia, em fins do século XIX, ver, por exemplo, ABREU, op. cit., p. 65-105;

dos leitores, primeiro passo para a publicação de livros (romances, crônicas, poesias e ensaios) e para o reconhecimento como “verdadeiros” literatos, sobretudo por parte daqueles que seriam seus pares – outros literatos – potenciais auxiliares no trânsito social.¹² Assim, observam-se verdadeiras redes de sociabilidade,¹³ por meio das quais travavam contatos, desenvolviam afinidades ideológicas e afetos, competições e hostilidades, além da solidariedade expressa por meio de apoio econômico e político.¹⁴

Foi devido à existência dessas “redes” que, em 1895, Manoel Bomfim foi apresentado pelo amigo Alcindo Guanabara – que era deputado federal naquele momento – ao então prefeito do Distrito Federal, Werneck de Almeida,¹⁵ que o convidou para o cargo de subdiretor do Pedagogium, – museu pedagógico e centro destinado a promover a educação, o aperfeiçoamento dos professores e a melhoria da instrução nacional, criado em 1890.¹⁶ Foi nomeado em 1896 e assumiu o cargo no ano seguinte.

A preocupação com a instrução pública marcou a trajetória intelectual de Manoel Bomfim.¹⁷ Com o apoio de outro amigo, o jornalista e deputado Medeiros e Albuquerque (1866-1934)¹⁸ – diretor da Instrução Pública Municipal –, ele continuou

¹² BARBOSA, *Os donos do Rio*, op. cit., p. 63-112.

¹³ Para uma reflexão teórica sobre as sociabilidades intelectuais, ver por exemplo: SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, FGV / UFRJ, 1996, p. 231-269; TREBITSCH, Michel. Avant-propos: la chapelle, le clan et le microcosme. *Les Cahiers de l'Institut d'Histoire du Temps Present – Sociabilites intellectuelles*, [Paris], Centre National de la Recherche Scientifique, n. 20, mars 1992, p.11-21. No Brasil, alguns exemplos de estudo sobre sociabilidade intelectual são: GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio... Modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999; GOMES, Angela de Castro. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 13-47; CORRÊA, Marisa. *As ilusões da liberdade*. A escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco, 2001; GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOHIET, Rachel; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 259-284.

¹⁴ Essa rede de solidariedade econômica e política pode ser observada através dos pedidos de emprego, das apresentações e indicações de nomes para cargos públicos, dos empréstimos financeiros etc. Bomfim, por exemplo, nomeado por três prefeitos para cargos na área de educação, não se esquivou de indicar o nome de seu amigo, Olavo Bilac, para o cargo de inspetor escolar, em 1899. Ver AGUIAR, op. cit., p. 238-239.

¹⁵ Francisco Furquim Werneck de Almeida, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi Prefeito da Capital Federal entre 01/01/1895 a 15/11/1897 e deputado pelo Distrito Federal.

¹⁶ Ver referências ao Pedagogium em: PENNA, Antônio Gomes. Acerca dos psicólogos-educadores na cidade do Rio de Janeiro: Manoel Bomfim, Maurício Campos de Medeiros, Plínio Olinto e Lourenço Filho. *Forum Educacional*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 13, n. 3, jun./ago., 1989; AGUIAR, op. cit., p. 175-198; VERÍSSIMO, José. O Pedagogium. *Revista Pedagógica*, tomo 5, n. 10, 15/08/1892, p. 324-347; BOMFIM, Manoel. O Pedagogium do Distrito Federal. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 10/02/1919, p. 4.

¹⁷ O problema da instrução pública mobilizou vários intelectuais no Segundo Reinado e no início da República. Ver, por exemplo: VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 1ª ed. 1890. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 3ª ed.; e ainda, os trabalhos recentes de SCHUELER, A. F. M.. Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (Corte imperial, 1860-1889). *Revista de Educação Pública*, v. 32, p. 50-65, 2007; BOTELHO, André. *Aprendizado do Brasil: a nação em busca de seus portadores sociais*. Campinas: Unicamp, 2002.

¹⁸ José Joaquim de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque nasceu no Recife, Pernambuco. Foi professor de História das Artes, na Academia de Belas Artes do Rio. Escreveu, entre outras coisas, *Homem prático: contos* (1898), *Literatura alheia* (1914), *Páginas de crítica* (1920), *Quando eu era vivo* (s/d). Além de deputado (1894) e jornalista, foi nomeado Diretor de Instrução Pública em 1897.

a atuar no campo educacional, agora como diretor geral do *Pedagogium*, cargo no qual permaneceu de 1896 a 1905 e de 1911 a 1919.¹⁹ Durante essa época, fundou e dirigiu o mensário *Educação e Ensino* (1897) – revista oficial da Diretoria de Instrução Pública; e dirigiu a *Revista Pedagógica*, criada em novembro de 1890. Em [1906] criou um laboratório de psicologia experimental no *Pedagogium*.²⁰

Em 1898, ingressou no magistério ensinando Moral e Cívica na Escola Normal,²¹ onde logo começou a dar aulas de Pedagogia e Português. Dirigiu a Escola por um curto período (de maio a outubro), até que, no mesmo ano, substituiu Medeiros e Albuquerque na Diretoria da Instrução Pública – onde permaneceu até 1900 –, a convite do novo Prefeito, Cesário Alvim (1839-1903).²² No ano seguinte passou a fazer parte do Conselho Superior de Instrução Pública do Distrito Federal.

Ainda em 1899, publicou o *Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias*, escrito em parceria com Olavo Bilac (1864-1934),²³ com quem ainda escreveria dois livros.²⁴ Iniciava, com este trabalho, uma série de publicações relativas à educação, que incluíam livros contendo compilações de outros autores, manuais escolares, livros de leitura e trabalhos teórico-metodológicos dedicados à formação do professor.

Em fins do século XIX, a formação escolar das crianças no Brasil fazia amplo uso de literatura estrangeira como material didático. No início do século XX, muitos homens de letras lamentavam a ausência de um “sentimento nacional”. Por isso o empenho da intelectualidade no sentido de produzir um material mais adequado às necessidades locais, o que implicava *abrasileiramento* dos temas, personagens e histórias, dando origem a uma nova modalidade literária, dirigida aos alunos da escola primária: a chamada literatura escolar nacional.²⁵ Manoel Bomfim conquistou espaço como um importante autor desse tipo de literatura, além de exercer cargos públicos, por meio dos quais lhe era permitido opinar ou intervir na escolha e produção de livros dessa especialidade.

¹⁹ A saída de Bomfim do *Pedagogium* em 1905 é informada por AGUIAR, op. cit., p. 203.

²⁰ AGUIAR, op. cit., p. 206; CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Apresentação. In: BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem*. 1ª ed. 1923. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, p. 14. Há dúvida sobre a data de criação desse laboratório. No livro *Pensar e Dizer*, de 1923, o próprio Bomfim afirma em nota que durante doze anos, ou seja, desde 1911, teve à disposição um laboratório de psicologia. Ver BOMFIM, ibidem, p. 45, nota 10.

²¹ A Escola Normal da Corte, fundada em 1880, tinha como objetivo formar professores primários, com ensino gratuito. Em 1932 foi transformada no Instituto de Educação. Sobre essa instituição, ver, por exemplo: GONDRA, J. G. e UEKANE, Marina Natsume. Em nome de uma formação científica: um estudo sobre a Escola Normal da Corte. *Educação*, Santa Maria, vol. 30, n. 2, 2005, p. 55-70.

²² Cesário Alvim, bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, deputado geral (Império), senador da Constituinte, Presidente de Província, Governador de Minas Gerais, Ministro da Justiça e Interior, no governo Deodoro (15/11/1899 a 23/11/1891), Prefeito do Distrito Federal de 31/12/1898 a 31/01/1900.

²³ O poeta e jornalista Olavo Bilac, amigo de Manoel Bomfim, publicou um artigo sobre ele: BOMFIM, Manoel. Olavo Bilac: estudo sobre a vida intelectual desse poeta. *Kosmos*, Rio de Janeiro, ano I, n. 4, abril, 1904, s.n.p.

²⁴ A parceria entre Bomfim e Bilac produziu os seguintes livros: *Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias* (1899), *Livro de leitura para o curso complementar das escolas primárias* (1901) e *Através do Brasil* (1910). Todos publicados pela editora Francisco Alves.

²⁵ Sobre a literatura escolar nacional na virada do século XIX, ver por exemplo: LAJOLO, Marisa. *Usos e abusos da literatura na escola*. Bilac e a literatura escolar na Primeira República. Rio de Janeiro: Globo, 1982; BOTELHO, op. cit.; HANSEN, Patrícia Santos. *Brasil, um país novo: literatura cívico-patriótica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. São Paulo: USP, tese de doutorado, 2007.

Em 1901, fundou, com Tomás Delfino (1860-[1947]) e Rivadávia Correia (1866-1920),²⁶ a revista quinzenal *A Universal*, apresentada em cada número como a “revista das revistas, resenha da vida nacional e estrangeira”, que sobreviveu até o ano seguinte. Foi redator de *Leitura para todos* (1904) e colaborou com os jornais: *A Notícia*, *Tribuna*, *Jornal do Commercio*, *O Paiz*, *A Nação*, *A Academia*, *O Correio da Semana*, *Correio do Brasil*, *A Crônica* e *A Rua*. E revistas: *Ilustração Brasileira*, *Os Annaes* e *Kosmos*.

Em comissão pedagógica nomeada pela Prefeitura, seguiu para a Europa em 1902, onde estudou psicologia com Alfred Binet (1857-1911) e George Dumas (1866-1946).²⁷ Retornou ao Rio em 1903.

Em 1904, apoiou a criação da Universidade Popular de Ensino Livre (UPEL). Ele seria encarregado de administrar os cursos de Psicologia e Pedagogia. Elysio de Carvalho (1880-1925) foi o idealizador do empreendimento, que acabou tendo vida curta. Fundada em março, durou até outubro do mesmo ano.²⁸

Em 1905, foi convidado pelo prefeito Pereira Passos (1836-1913)²⁹ para assumir novamente a Diretoria da Instrução Pública. Exerceu o cargo até 1907, quando foi nomeado deputado federal por Sergipe.³⁰ Sua curta atuação como parlamentar foi dedicada à causa da instrução pública, como revela esse trecho de seu único discurso:

(...) a instrução primária é a mais importante, principalmente (...) nos regimes democráticos. Desde que a soberania deixou de ser exercida por um indivíduo só, para ser partilhada pela generalidade dos indivíduos de uma nação, é crucial, é lógico, é imprescindível que estes cidadãos sejam preparados para exercer tal soberania. Isto é irrefutável.³¹

Ainda em 1905, Bomfim se envolveu com um empreendimento editorial que viria a ter grande sucesso de público. Junto com o jornalista Renato de Castro e com o poeta Cardoso Júnior, desenvolveu o projeto de uma revista semanal voltada para o

²⁶ Thomaz Delfino dos Santos, médico e político nascido no Rio de Janeiro. Além de propagandista republicano, foi senador e deputado. Rivadávia da Cunha Correa, nasceu no Rio Grande do Sul. Bacharel em Direito e jornalista, foi deputado federal, Ministro do Interior, no governo de Hermes da Fonseca (de 15/11/1910 a 15/11-1914) e Prefeito do Distrito Federal entre 15/11/1914 e 05/05/1916.

²⁷ O médico e psicólogo francês Alfred Binet foi um dos pioneiros nos estudos sobre mensuração de “habilidades mentais” ou “testes de inteligência”. Fundador do Laboratório de Psicologia da Sorbonne, do qual também foi diretor, de 1892 a 1894. Criou o periódico *L'Année Psychologique* (1895) e a *Société Libre pour L'Étude Psychologique de L'Enfant* (1900). Filósofo e psicólogo francês, George Dumas fundou o *Journal de Psychologie* e organizou o *Traité de Psychologie*, em 2 vols., publicado entre 1923-1934.

²⁸ Ver AGUIAR, op.cit., p.279-282. Elysio de Carvalho foi tradutor, ensaísta e crítico literário. Escreveu *As modernas correntes estéticas da literatura brasileira* (1911), *Gíria de gatunos cariocas* (1912), *Sherlock Holmes no Brasil* (1921), *Os bastiões da nacionalidade* (1922) etc. Anarquista, freqüentador da boemia carioca, dirigiu o jornal *A Greve*. Também foi diretor da Escola de Polícia do Rio de Janeiro.

²⁹ Pereira Passos, prefeito do Distrito Federal entre 29/12/1902 e 15/11/1906, era engenheiro civil, formado em Ciências Físicas e Matemática pela Escola Central (posteriormente, Politécnica). Notabilizou-se devido a uma série de reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro ocorridas durante seu mandato.

³⁰ Manoel Bomfim ocupou a vaga deixada pelo general Alfredo Valladão (1849-1860) – que fora indicado para o Senado – durante a 6ª. Legislatura (1906-1907). Foi nomeado em 09/07/1907, não tendo sido reeleito no ano seguinte.

³¹ BOMFIM, Manoel. Discurso proferido e transcrito em 05/11/1907. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessões de 1 a 18 de novembro de 1907. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. VII, 1ª parte, 1908, p. 63-69.

público infantil, que veio a se chamar *O Tico-Tico*. Passou a circular no mesmo ano, com o apoio de Luís Bartolomeu (1866-1932), proprietário da Sociedade *O Malho*, tornando-se um fenômeno de vendagem. Com preocupação pedagógica, a revista tornou-se conhecida por seus concursos, pela publicação de novelas infanto-juvenis, pela correspondência enviada por crianças, pelas charadas e ilustrações.³²

No mesmo ano, Bomfim publicou, pela livraria Garnier, *A América Latina: males de origem*, um ensaio escrito durante sua temporada européia, com amplo uso de categorias explicativas extraídas das ciências naturais. O objetivo era explicar as razões do atraso das nações sul-americanas, cujos “povos possuem todos os elementos para ser prósperos, adiantados e felizes, e que, no entanto, arrastam uma vida penosa e difícil”. No dizer do autor, o livro era um “estudo de parasitismo social” em busca da “causa efetiva” dos males que atingem as ex-colônias ibéricas na América. Tal causa derivaria do “parasitismo” da metrópole sobre a colônia.³³ Bomfim utilizou uma metáfora biológica para falar sobre o problema da dominação e exploração da América Latina pelos países ibéricos e o da conseqüente transposição dos vícios parasitários para a sociedade colonial.

Esse é considerado seu livro mais polêmico, entre outras razões, por ter suscitado a reação furiosa de Silvio Romero (1851-1914),³⁴ um dos mais conhecidos críticos literários do período, para quem “só a geral ignorância do mundo legente no Brasil pode explicar a atenção despertada por um livro tão mal feito, tão falso, tão cheio dos mais grosseiros erros”.³⁵ Mas, encontrou opiniões favoráveis, como a de José Veríssimo (1857-1916),³⁶ outro importante crítico do período que, embora tenha identificado “falhas” no livro – sobretudo no que dizia respeito às informações e à composição –, reconheceu sua importância, afirmando que *A América Latina* “não é banal, nem medíocre”, sendo o seu autor um “espírito culto, uma inteligência iluminada”, que fora capaz de provocar discussão.³⁷

Em 1909, Bomfim foi novamente comissionado pelo governo municipal para estudar a organização do ensino profissional na Europa, para onde embarcou no ano

³² AGUIAR, op.cit., p. 369-371. Sobre a revista Tico-Tico, ver ROSA, Zita de Paula. *O Tico-Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica*. São Paulo: Ed. Universitária São Francisco, 2002. As informações sobre a participação de Bomfim no empreendimento não são muito esclarecedoras. Vasco Lima, da primeira geração de desenhistas da revista, conta que Bomfim foi o criador do nome da revista, inspirado nas escolas de primeiras letras, conhecidas como “escolas de tico-tico”. Cf. AUGUSTO, Sérgio. Prefácio. In: *O Tico-Tico: Centenário da Primeira Revista de Quadrinhos do Brasil*. Organização: Waldomiro Vergueiro e Roberto Elísio dos Santos. São Paulo: Opera Graphica Editora, 2005, p. 7.

³³ BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. 1ª edição 1905. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 50.

³⁴ Silvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero nasceu em Lagarto, Sergipe. Autor de *Contos populares do Brasil* (1833), *História da literatura brasileira* (1888), *Ensaio de sociologia e literatura* (1901), etc. Foi um dos mais importantes críticos literários da virada do século, famoso por suas polêmicas e críticas ferozes. Estudou na Faculdade de Direito do Recife e ajudou a divulgar as então modernas teorias científicas européias no Brasil.

³⁵ Romero escreveu uma série de 25 artigos para a revista *Os Annaes*, posteriormente coletados, ampliados e transformados no livro *A América Latina: análise do livro de igual título do dr. Manoel Bomfim*. Porto: Chardron, 1906. Como réplica à crítica de Romero, Bomfim publicou uma carta na revista *Os Annaes*, ano II, n. 74, 1906.

³⁶ José Veríssimo Dias de Matos nasceu em Óbidos, Pará. Escreveu *Estudos brasileiros* (1889-1894), *Estudos de literatura brasileira* (1901-1907), *História da literatura brasileira* (1916), *A educação nacional* (1890), etc. Foi um dos principais críticos literários da virada do século.

³⁷ VERÍSSIMO, José. Livros e autores de 1903 a 1905. In: *Estudos de literatura brasileira*, 6ª. série. Belo Horizonte, MG: Itatiaia; São Paulo: USP, 1977 [1905], p. 126-7.

seguinte, retornando em 1911, para retomar o cargo de diretor do Pedagogium.³⁸ Pouco antes de viajar, ele publicou, em parceria com Olavo Bilac, *Através do Brasil*,³⁹ um livro de leitura para o curso médio das escolas primárias.

No ano de 1912, Bomfim foi eleito sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe e três anos depois, em 1915, participou da recém-criada Liga Brasileira pelos Aliados – contra a Alemanha e o Império Austro-Húngaro – presidida por Rui Barbosa (1849-1923). No mesmo ano passou a integrar a também recém-criada Sociedade Brasileira de Homens de Letras, cujo objetivo era, entre outros, defender os interesses econômicos e sociais de seus membros, estimulando a publicação de trabalhos, realizando concursos, conferências etc., além de promover a criação de leis em benefício do mundo literário e artístico.⁴⁰

Polígrafo, como boa parte dos intelectuais de seu tempo, autor de trabalhos sobre educação e ensino, também escreveu sobre zoologia e botânica, psicologia e psiquiatria.⁴¹ Entre seus trabalhos mais conhecidos, além dos citados *A América Latina* e *Através do Brasil*, estão os livros da trilogia, dedicada à análise da formação da nacionalidade brasileira e das causas que teriam perturbado seu pleno desenvolvimento. A série é composta por: *O Brasil na América*, escrito em 1925 e publicado em 1929; *O Brasil na história*, escrito em 1926 e publicado quatro anos depois; e *O Brasil nação*, publicado em 1931.⁴²

Entre a publicação de *A América Latina* (1905) e o início da escrita da trilogia sobre o Brasil passaram-se vinte anos, ao longo dos quais Bomfim dedicou-se, sobretudo, à educação. Tema que, aliás, ocupou parte significativa da intelectualidade durante as primeiras décadas do século XX. Sua contribuição nesse campo será analisada a seguir, lembrando que, para situar o referido autor na história da educação brasileira considera-se importante investigar o *campo de experiências* e o *horizonte de expectativas*⁴³ da educação na Primeira República, quando se observam esforços no sentido de equacionar a tríade Estado-Povo-Nação. A proposta aqui é focalizar não

³⁸ Há referência a esta segunda ida a Europa em: ABRANCHES, op. cit., p. 209-11; e AGUIAR, op. cit., p. 413, que menciona os países onde Bomfim esteve: França, Inglaterra, Suíça, Áustria e Alemanha.

³⁹ BOMFIM, Manoel e BILAC, Olavo. *Através do Brasil* (narrativa). 1ª. edição 1910. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁴⁰ A referência à participação de Bomfim no IHGS como sócio correspondente é feita por AGUIAR, op.cit., p. 274, nota 335. Sobre a Sociedade Brasileira dos Homens de Letras, ver o mesmo autor, p. 451-452. A Sociedade foi criada em 1915 e reuniu nomes como Olavo Bilac, Coelho Neto, Emílio de Menezes, Lima Barreto, Bastos Tigre, Humberto de Campos e Alberto Torres.

⁴¹ Bomfim publicou pela Garnier (3) e pela Francisco Alves (10), duas das editoras mais importantes de sua época. Seus outros livros foram publicados pela Tipografia da Gazeta de Notícias (1), Tipografia do Instituto Profissional (1), Tipografia Espindola (2), pela Casa Electros (5), pela Tipografia São Benedicto (1) e pela Pongetti (1).

⁴² BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. 1ª. edição 1929. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997; Idem. *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930; Idem. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. 1ª edição 1932. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. Sobre a Livraria Garnier, ver DUTRA, Eliana Regina de Freitas. O Almanaque Garnier, 1903-1914: ensinando a ler o Brasil, ensinando o Brasil a ler. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: Fapesp, 1999, p. 477-504. Sobre a editora Francisco Alves, ver o artigo de BRAGANÇA, Aníbal. A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: Fapesp, 1999, p. 451-476.

⁴³ Sobre as noções de campo de experiências e horizonte de expectativas, ver KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006, p. 305-327.

tanto os sucessos e os fracassos da educação – pois esses existem em todas as épocas – mas as possibilidades então abertas para projetos educacionais e práticas de ensino, considerando os desafios existentes nas décadas que sucederam a Abolição (1888) e a Proclamação da República (1889).⁴⁴

II. Contribuição de Manoel Bomfim para a história da educação

Limite a minha aspiração – a não ser um inútil; sinto que é dever concorrer com a minha obscura atividade na medida das garantias que me são dadas. As minhas funções – aquilo que posso fazer – são de caráter minimamente técnico e especializado, e não implicam outra sorte de confiança além da que derive das provas que eu tenho dado de estudo e de preparo nessa [especialidade]. Entrado bem moço para as funções em que me acho, a elas me dediquei exclusivamente; a elas limitei as minhas ambições, nesse gênero de estudos deixei exclusivamente o meu espírito, e, por isso, mais me pesa a inatividade. Não posso pensar em recomeçar noutra profissão, e entristecer-me ser inútil, antes de ser inválido (Manoel Bomfim, O Pedagogium do Districto Federal. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 10/02/1919, p. 4).

A epígrafe acima foi extraída de um ofício encaminhando por Manoel Bomfim, então diretor do Pedagogium, ao diretor Geral de Instrução Municipal, Raul Faria, com o objetivo de informá-lo sobre as razões da inatividade da instituição.⁴⁵ Entre muitos textos que poderiam ter sido escolhidos como exemplos do pensamento do autor, esse apresenta uma característica peculiar, qual seja: mostra um servidor público no exercício de sua função, afirmando sua especialidade e dedicação a uma “obscura atividade”. Não vemos aqui o intelectual entregue a polêmicas, absorvido pela crítica de idéias ou imerso no trato de questões complexas, mas alguém dedicado a uma tarefa para a qual se diz apto, lamentando as circunstâncias em que seu empenho se revelava inútil.

A trajetória de Bomfim é útil para a compreensão de alguns dos desafios encontrados pelos homens de ciência e letras nas décadas iniciais do século XX, sobretudo aqueles que se dedicavam à educação. Era um tempo de crise e (re)construção da vida brasileira, quando vigorava a crença de que a intervenção no campo educacional poderia regenerar a sociedade e definir os rumos da nação. Atribuía-se ao professor a missão de formar cidadãos conforme o ideário republicano,

⁴⁴ Ver GOMES, Angela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: _____; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (coord.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC-FGV, 2002, p. 388. Essa perspectiva considera a necessidade de situar a história como saber escolar – bem como a produção historiográfica – em relação a seus *lugares* sociais ou contextos históricos de produção. Ver CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982, p. 65-119; e, também CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*. Porto Alegre: Pannomica, n. 2, 1990, p. 177-229.

⁴⁵ O ofício escrito por Bomfim informa sobre a situação do Pedagogium em 1919, às vésperas de seu fechamento. Sua exposição aponta a possibilidade de revitalizar o centro, destacando sua importância e valorizando o que fora construído até então, ainda que suas condições materiais, sobretudo relativas ao prédio, fossem precárias.

estimulando reflexões acerca do *quê* e *como* ensinar. Paralelamente, buscava-se definir um corpo de teorias capazes de orientar a formação sistemática dos professores, em sua maioria formados pela prática docente.⁴⁶

Predominavam, então, interpretações pessimistas sobre o país, marcadas pelos determinismos do meio e da raça, o que, junto com o analfabetismo da maior parte da população, compunha um quadro de obstáculos ao progresso, que, para muitos intérpretes, inviabilizava a própria idéia de nação. Com a república difundiu-se a perspectiva de que a escola e o ensino deveriam denunciar os atrasos impostos pela monarquia e assumir o papel de regenerar os indivíduos e a própria nação, colocando o país na rota do progresso e da civilização. Tratava-se, portanto, de uma solução otimista para os problemas sociais, que apontava para a viabilidade da modernidade no Brasil, refutando as homologias entre o social e o biológico, que condenavam o país a um triste destino. Em outras palavras, a educação prometia uma reforma social de ordem moral, deslocando o debate sobre a formação da nacionalidade (e do povo) e, conseqüentemente, da sociedade brasileira, da esfera dos determinismos naturalistas para o plano histórico-social.⁴⁷

Progressivamente, a educação passou a ser vista como o caminho ideal para a “redenção do atraso brasileiro”, sendo que o debate sobre o tema não estava restrito ao âmbito pedagógico. Em outras palavras, educação não era apenas sinônimo de aprendizado escolar, pois compreendia a difusão e aquisição de recursos considerados úteis para a vida em sociedade na República, remetendo a projetos de modernização do país e às discussões sobre a chamada questão nacional.⁴⁸ Esse mote entusiasmava os homens de letras, servindo como um argumento relativamente crítico, ainda que restrito à compreensão da identidade nacional e dos problemas sociais como algo limitado ao âmbito estritamente nacional, passível de ser solucionado por decisões políticas. Entusiasmava, também, porque a defesa da educação como solução era um movimento decisivo para a definição da identidade social desses intelectuais na Primeira República. Ao lado do movimento em prol da língua nacional, as lutas pela “reforma do ensino” e pela difusão da instrução popular contribuíam para que seus agentes afirmassem sua função social e definissem um campo de ação.⁴⁹

Manoel Bomfim participou desse movimento como jornalista dedicado ao debate sobre a instrução pública e a nacionalização da escola; autor de obras didáticas, destinadas a alunos e professores; estudioso da psicologia aplicada à educação e do tema da formação da nacionalidade brasileira, professor e diretor da Escola Normal do Distrito Federal e do Pedagogium, diretor da Instrução Pública municipal e deputado federal.

Como se afirmou anteriormente, o Pedagogium foi um museu pedagógico ligado à Escola Normal do Distrito Federal. Idealizado em 1882, por Rui Barbosa, inspirou-se na criação de instituições similares em diversos países europeus. Para Rui, tal instituição deveria, entre outras coisas, reunir coleções de instrumentos destinados ao ensino (livros, mapas, mobílias etc.), promover a obtenção e divulgação de informações, inclusive estatísticas, sobre as condições do ensino (em todos os

⁴⁶ Sobre a educação na Primeira República, ver, por exemplo: NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 2ª edição; BOTELHO, op. cit.; GOMES, A escola republicana, op. cit., p. 384-450.

⁴⁷ A esse respeito, ver BOTELHO, op. cit., p. 34.

⁴⁸ Sobre a questão nacional na Primeira República, ver, por exemplo: OLIVEIRA, Lúcia Lippi, op. cit..

⁴⁹ BOTELHO, op. cit., p. 55-76.

graus) no país, além de organizar uma biblioteca pedagógica útil ao professorado.⁵⁰ O projeto só vingou em 1890, por obra do então ministro da Instrução, Benjamin Constant.⁵¹ Contudo, o *Pedagogium* não se desenvolveu plenamente. Chegou a promover conferências e cursos de aperfeiçoamento, “sempre com enorme concorrência de público”⁵²; organizou laboratórios de física, química e psicologia, além de coleções de história natural, geografia, lições de coisas e trabalhos manuais. Também construiu pequena biblioteca com vários periódicos franceses.⁵³ Ao menos em parte, a iniciativa encontrou obstáculo na falta de recursos e na política descentralizadora, que atribuía às assembleias provinciais o dever de legislar e cuidar da instrução pública.

Cabe lembrar que a legislação educacional teve início com a Constituição imperial de 1824, que estabeleceu a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos (excluindo os escravos e negros, ainda que livres ou libertos), sem, contudo, definir competências ou prever recursos para a implementação da lei. A primeira Lei de Instrução Pública, de 1827, determinou que fossem mantidas escolas gratuitas de “primeiras letras” em todas as cidades e vilas do país, sem indicar os meios pelos quais isso seria possível. O Ato Adicional de 1834 definiu as competências, atribuindo aos poderes locais o dever de cuidar da instrução pública, fazendo prevalecer a descentralização. O início da república foi marcado por discussões acerca do papel do Estado e das unidades federativas na promoção e manutenção da instrução pública, problema fundamental para uma sociedade em busca de identidade própria, num contexto marcado pelo fim da escravidão, após quase quatro séculos, e pela instauração de um novo regime político. A Constituição de 1891, primeira do novo regime, reiterou a exigência de que para votar e ser votado era obrigatório saber ler e escrever – requisito existente desde 1838 e compartilhado internacionalmente – sem promover mudanças significativas no terreno da educação, a não ser pela instituição do ensino laico.

Bomfim analisou os efeitos da descentralização sobre a instrução popular. Em artigo de 1897 argumentou:

Sofremos, neste momento, uma inferioridade, é verdade, relativamente aos outros povos cultos. É a *ignorância*, é a falta de preparo e de educação para o progresso – eis a inferioridade efetiva; mas ela é curável, facilmente curável. O remédio está indicado: a necessidade imprescindível de atender-se à instrução popular. (...) A natural reação contra a centralização imperial levou os constituintes da República a

⁵⁰ Ver BARBOSA, Rui. Do museu pedagógico. In: _____. *Obras completas de Rui Barbosa* – Reforma do ensino primário e várias instruções complementares da instrução pública. Edição comemorativa do 1º centenário dos pareceres apresentados na Câmara do Império em 1882. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, vol. X, tomo III, 1883, p. 190-216.

⁵¹ Ver VERÍSSIMO, José, A instrução pública: 1500-1900. *Livro do Centenário*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, p. 25; e, também, VERÍSSIMO, José. A instrução no Brasil atualmente. [Introdução de 1906]. In: _____. *A educação nacional*. 1ª ed. 1900. Porto Alegre: Mercado das Letras, 1985, p. 13-39. 3ª ed. José Veríssimo idealizou que o *Pedagogium* se tornasse o National Bureau of Education, dos Estados Unidos. Ver VERÍSSIMO, O *Pedagogium*, op. cit., p. 218.

⁵² MENDONÇA, Carlos Sussekind de. Recordações de Medeiros e Albuquerque. *Revista do Livro*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e Cultura, ano IV, vol. 14, n. 59, p. 65-77.

⁵³ BOMFIM, O *Pedagogium* do Distrito Federal, op. cit., p. 4. De acordo com Ronaldo Conde Aguiar, Bomfim adquiriu trinta e nove títulos de jornais e revistas para compor o acervo do *Pedagogium*, entre eles: *Journal d'Éducation Populaire*, *Journal des Bibliothèques Populaires*, *Revue Internationale d'Enseignement*, *Revue de Sociologie*, *Revue Pédagogique*, *Annales des Sciences Psychiques*, *Revue d'Antropologie* e *Manuel de l'Instruction Primaire*. Ver AGUIAR, op. cit., p. 205-206.

retirar à União toda e qualquer ingerência na organização da instrução popular do país. (...) Todos os governos das nações cujas condições políticas mais se aproximam das nossas, intervêm na organização moral e política da escola primária e contribuem largamente para a instrução popular. (...) O que não conheço é país onde o governo central se despreocupe tão absolutamente da instrução primária como entre nós; não sabendo o que o povo aprende nem se há escolas, nem o que nelas se ensina; não concorrendo com um ceíl para a instrução do povo, ignorando, por inteiro, tudo o que a isto se refere.⁵⁴

Na contracorrente das interpretações em voga acerca do *atraso* brasileiro, comumente explicado pelos determinismos do meio (o clima tropical) e da raça,⁵⁵ Bomfim, como outros intelectuais de sua época, acreditou que o tema da educação e da instrução pública possibilitava a definição de sua identidade como intelectual, assim como a afirmação da própria identidade nacional. Como observou André Botelho, a defesa da educação assumiu, progressivamente, o estatuto de caminho ideal para a “redenção do atraso brasileiro”, permitindo a construção de uma visão mais otimista sobre a viabilidade do progresso e da modernidade no país após três séculos de escravidão.⁵⁶

Cabe ainda ressaltar que, no início da República a educação não era vista apenas como sinônimo de aprendizado escolar, pois dizia respeito à aquisição de todo um conjunto de recursos capazes de proporcionar a liberação, e, também, a adequação do indivíduo e dos diferentes grupos sociais às novas demandas sociais.⁵⁷ Naquele momento, o debate sobre educação não estava circunscrito ao âmbito pedagógico. De um lado, porque a Pedagogia no Brasil encontrava-se em plena fase de consolidação enquanto saber científico, dotado de métodos capazes de promover o aperfeiçoamento efetivo do ensino e da aprendizagem. De outro lado, porque a questão educacional mobilizava diferentes agentes interessados nos rumos do país e preocupados em identificar e enfrentar as causas do “atraso” brasileiro. Aqueles que se dedicavam aos temas da educação possuíam formação diversificada, assim como eram distintos seus campos de atuação. Compartilhavam, contudo, o meio por excelência para divulgação de idéias: a imprensa, que ao longo das décadas de 1880 e 1890 expandiu-se significativamente.

No artigo citado, Bomfim afirma que seu desejo de estudar o problema da instrução pública nasceu da leitura do *Report of the Commissioner of Educations (1889-1890)*, divulgado pelo governo norte-americano em 1893. Nas palavras do autor:

Foi tão profunda a impressão que me causou essa leitura, pela insignificância e pobreza dos nossos recursos, que nunca mais pude [me] furtar ao desejo de observar e estudar o problema da instrução popular entre nós. De então pra cá só tenho encontrado motivos para maior desconsolo.⁵⁸

O *Report* foi elaborado por uma comissão nomeada pelo governo dos Estados Unidos: a Comissão dos Dez, que produziu estatísticas acerca do ensino nos diversos

⁵⁴ BOMFIM apud AGUIAR, op. cit., p. 190. Grifos do autor. Artigo originalmente publicado com o título de “Instrução popular” no jornal *A República*, de 02/12/1897, posteriormente incluído no livro póstumo *Cultura e educação do povo brasileiro* (1932), utilizado por Aguiar.

⁵⁵ Sobre a difusão e amplo compartilhamento das teorias deterministas do meio e da raça no fim do século XIX, ver, por exemplo: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁵⁶ BOTELHO, op. cit., p. 35-36.

⁵⁷ Idem, p. 23.

⁵⁸ BOMFIM apud AGUIAR, op. cit., p. 193. Trecho extraído de BOMFIM, Instrução popular [1897].

estados da federação, avaliou os programas escolares e as condições de administração das principais escolas do país.⁵⁹ Bomfim não foi o único a se impressionar com o *Report*. Para José Veríssimo esse relatório era “o documento sobre instrução pública mais importante do mundo inteiro, e o mais opulento e conceituado repositório de elementos para o estudo de quanto se refere a este assunto”.⁶⁰

No Brasil, a descontinuidade das iniciativas e a falta constante de recursos compatíveis com a tarefa gigantesca de garantir educação gratuita à maior parte da população também esbarrava na ausência de informações estatísticas confiáveis, capazes de orientar políticas públicas. Como observou Angela de Castro Gomes, vários levantamentos foram produzidos, gerando impactos diferentes sobre o conhecimento e o planejamento do sistema educacional. Um dos primeiros levantamentos data de 1916 e foi incluído no volume de *Estatística da Instrução*, elaborado pela Diretoria Geral de Estatística no Brasil, órgão criado em 1871. Em termos gerais, apontava: a precariedade da educação no país, afirmando que o analfabetismo atingia 69,20% da população brasileira; que o ensino secundário inexistia em muitos estados; que o número de escolas primárias públicas era superior ao de particulares; e que o poder público estadual era o principal responsável pela rede de escolas primárias. Importa destacar é que, além de dados estatísticos, a publicação também apresentava a defesa da necessidade de intervenção do poder público federal no campo da instrução primária. Opinião que encontrava ressonância entre numerosos intelectuais e políticos – entre os quais estava Bomfim –, que criticavam a limitação do poder central no âmbito da instrução primária, afirmando o equívoco da orientação constitucional descentralizadora.⁶¹

Além dos debates em torno da legislação e seus entraves à expansão da instrução pública, a promoção da educação estava vinculada à construção de uma *cultura escolar* capaz de convencer as famílias abastadas de que podiam e deviam abrir mão de práticas costumeiras como o ensino praticado por mães e preceptores no interior dos lares, sem interferência dos poderes públicos. O envio dos filhos à escola começava pelo reconhecimento de que o ensino em casa, em espaços improvisados, por professores formados pela experiência, não era o mais adequado. Era preciso afirmar a escola como instituição social relevante, promovendo a identificação da educação com espaços próprios e com os agentes desse espaço. O ensino deveria ser ministrado em prédios adequados – capazes de materializar arquitetonicamente a idéia de educar – e por profissionais capacitados, representativos do moderno ideal de educação.⁶² Além disso, era preciso convencer as famílias pobres de um país eminentemente agrário, de que o estudo era importante e mesmo necessário. Nesse sentido, observa-se que “a oferta e a demanda de ensino foram criadas lado a lado, havendo dificuldades nas duas pontas dessa relação”.⁶³

Quanto à formação dos profissionais do ensino, havia problemas de ordem prática e teórica. Em primeiro lugar, era preciso expandir as escolas destinadas à

⁵⁹ O relatório (ou parte dele) foi publicado na *Revista Pedagógica*, tomo 9, n. 48, 15/06/1896, p. 290-331.

⁶⁰ O autor invejava o fato de que, nos EUA, a instrução pública destinada ao maior número de cidadãos capazes de influir na cultura geral do país e na formação do “caráter” nacional, no “espírito” e na opinião das massas, estava sob a dependência do Estado, “providos, dirigidos, fiscalizados, pagos e inspecionados por ele”. Cf. VERÍSSIMO, *A instrução no Brasil atualmente*, op. cit., p. 25-26.

⁶¹ GOMES, op. cit., p. 405-408.

⁶² *Idem*, p. 391.

⁶³ *Idem*, p. 392.

formação de professores: as escolas normais. Em segundo, era preciso definir o conjunto de teorias e métodos que deveriam orientar o ensino escolar.

Franco Cambi definiu o século XIX como “o século da pedagogia”, considerando o advento da sociedade de massa, a afirmação do industrialismo e a centralidade assumida pela educação, à qual foi atribuído o papel de “repacificação social entre as classes e grupos, homologando-os com valores uniformes e comuns”, ao mesmo tempo em que dela se exige a libertação do indivíduo por meio da expansão de suas potencialidades. Observa-se, então, o processo de fundação da pedagogia como um saber dotado de cientificidade. Nas palavras do autor, “a centralidade da especulação filosófica como guia da pedagogia foi substituída no pensamento contemporâneo pela centralidade da ciência”. Ao longo do oitocentos e das primeiras décadas do século XX, operou-se a reorganização do discurso pedagógico por meio de métodos inspirados pelas ciências sociais emergentes, pelas ciências do espírito e, também, pelas ciências da natureza.⁶⁴ Paralelamente, constituiu-se a *cultura escolar*, fundada, como já foi dito, na construção de um espaço apropriado ao processo educativo e, além disso, alimentada pela “mitificação da infância”, elemento central do discurso pedagógico especializado, fundamental para a unidade da pedagogia enquanto campo de saber específico; pela definição de um léxico pedagógico, dotado de certo rigor conceitual; e pela progressiva definição e valorização da profissão docente.

Ao longo do século XIX (sobretudo, na última década) desenvolveu-se, na Europa, um sistema de formação de professores de instrução primária, que incluía a produção e difusão de um novo artefato: os manuais de pedagogia e didática, instrumentos de divulgação de idéias e métodos de ensino, apresentados como novos em relação a todo um conjunto de práticas, que, a partir de então, passaram a ser vistas como tradicionais ou passadistas. Tratava-se de caracterizar a profissão docente e definir a pedagogia enquanto conhecimento científico.⁶⁵

No Brasil, a preocupação com a cientificidade da pedagogia evidenciou-se nas décadas finais do século XIX e no início do XX. De acordo com Manoel Bomfim, em sua época a noção de pedagogia encontrava-se mal determinada. O autor acreditava

⁶⁴ CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 403 e 413.

⁶⁵ PINTASSILGO, Joaquim. Os manuais de pedagogia no primeiro terço do século XX: entre a tradição e a inovação. In: _____; FREITAS, Marcos Cezar de; MOGARRO, Maria João; CARVALHO, Marta Maria Chagas de (org.). *História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Edições Colibri, 2006, p. 175-200. Entre os manuais de pedagogia utilizados no Brasil no século XIX e início do XX (incluindo obras portuguesas e traduções), destacam-se: o *Curso Prático de Pedagogia* (1865), de Jean Baptiste Daligault; o *Compêndio de Pedagogia* [1874], de Marciano da Silva Pontes; o *Compêndio de Pedagogia* (1878), de Carlos Augusto Soares Brasil; *Pedagogia e metodologia* (1887), de Camilo Passaláqua; o *Tratado de metodologia, para uso de professores e alunos das escolas normais* (1888), de Felisberto de Carvalho; o *Princípios de Pedagogia* (1893), de José Augusto Coelho; o *Compêndio de Pedagogia Escolar* (1908), de Feliciano Pinheiro Bittencourt; *Lições de Pedagogia: teoria e prática* (1915), de Manoel Bomfim; e o *Esboço histórico e crítico geral da educação* (1929), de Afrânio Peixoto. Sobre os manuais, ver, além do texto de Pintassilgo anteriormente citado, CARVALHO, Marta Maria Chagas de Carvalho. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, Diana Gonçalves e HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (org.). *Tópicos em história da educação*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 137-167; Idem. A caixa de utensílios e o tratado: modelos pedagógicos, manuais de pedagogia e práticas de leitura de professores, disponível em <http://www.sbbe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo03/Coordenada%20por%20Marta%20Maria%20Chagas%20de%20Carvalho/Marta%20Maria%20Chagas%20de%20Carvalho%20-%20Texto.pdf>; TREVISAN, Thabatha Aline. *A pedagogia por meio de Pedagogia: teoria e prática (1954)*, de Antonio d'Avila. Marília, SP: Universidade Estadual Paulista, dissertação de mestrado, 2007.

que não havia uma ciência da educação, embora houvesse, ou devesse haver, ciência na educação. Neste sentido, a pedagogia assumiu, em seu pensamento como no de outros intelectuais, uma função prática, que consistiu na sistematização dos princípios e métodos científicos úteis na “intervenção educativa”. Nas palavras do autor, “a Pedagogia é, de fato, uma sistematização teórica, um corpo de doutrinas, em plena evolução, e não uma ciência propriamente dita, pois que o seu objeto é nimamente prático – a educação”. Contudo, ela não correspondia a uma simples fórmula prática para dirigir a criança. Tratava-se de uma discussão teórica que se destinava a uma finalidade prática: inspirar a “arte da educação”.⁶⁶

No texto de apresentação do manual *Lições de Pedagogia: teoria e prática* (1915), observa-se a afirmação de uma dicotomia bastante comum na virada do século XIX para o XX: aquela que define a pedagogia como “ciência”, que sistematiza “as leis teóricas da educação”, e como “arte”, que remete para a dimensão prática e aplicada da educação. Em outras palavras, a pedagogia era, de modo geral, definida como “ciência da educação” e como “arte de ensinar”.⁶⁷

Bomfim não escapou a essa ambigüidade, ainda que considerasse a pedagogia como uma ciência em “evolução” e não como uma “ciência da educação” bem delimitada. Neste sentido, o conteúdo do livro e seu título são reveladores dessa ambigüidade. Enquanto o título *lições* remete ao ensino guiado por modelos exemplares, o conteúdo combina as “artes de fazer” – associadas a conhecimentos de ordem prática – com o modelo dos tratados, que compendia teorias, expondo-as analiticamente por meio de exemplos e de argumentos de autoridade. Teoria e prática diretamente relacionadas às experiências do próprio autor como professor da Escola Normal e “cientista da educação”.⁶⁸

Para compreender as idéias de Bomfim sobre educação pode ser útil distinguir sua produção em três tipos de escritos: os artigos publicados em periódicos (jornais e revistas); os discursos de ocasião, proferidos em solenidades como as formaturas de normalistas; os livros destinados à sistematização de conhecimentos sobre educação e pedagogia, endereçados aos mestres ou futuros professores; e os livros voltados para o público em idade escolar. Trata-se de uma produção diversificada, semelhante à de outros homens de letras envolvidos com o problema da educação no início do século XX, a exceção, talvez, dos livros sobre pedagogia e educação destinados à formação dos professores, produção mais especializada.

Os artigos de Bomfim publicados na imprensa versam, na sua maioria, sobre educação e/ou instrução pública. Bem ao estilo da época, possuem o tom dos textos produzidos em meio a calorosos debates de idéias ou discussões sobre temas de relevância social e política. Já os discursos foram elaborados em função de dois tipos de acontecimentos: a fala no plenário da Câmara dos Deputados e as cerimônias de formatura da Escola Normal. Nesse último caso, cabe lembrar a importância desses eventos, que freqüentemente contavam com a presença do prefeito do Distrito Federal e, até, do Presidente da República. Quanto aos livros, alguns reúnem as lições de Bomfim na Escola Normal, resultando, portanto, dos estudos realizados pelo autor e de sua experiência em sala de aula. O livro *Lições de Pedagogia* (1915), por exemplo, é composto pelos resumos das lições no curso de Pedagogia da Escola Normal. Quanto aos livros destinados ao público em idade escolar, destacam-se por ser o

⁶⁶ BOMFIM, Manoel. *Lições de Pedagogia: teoria e prática da educação*. 1ª ed. 1915. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920, p. 9-10. 2ª edição.

⁶⁷ Ver, por exemplo, PINTASSILGO, op. cit., p. 180.

⁶⁸ Sobre os manuais pedagógicos como caixa de utensílios ou tratados, ver CARVALHO, *A caixa de utensílios e a biblioteca*, op. cit.; Idem, *A caixa de utensílios e o tratado*, op. cit.

gênero mais vendável no início da República,⁶⁹ alguns com várias edições, formando gerações de leitores ao longo de décadas, como é o caso de *Através do Brasil* (1910), escrito em parceria com Olavo Bilac.

Com relação à contribuição de Bomfim para a educação é preciso considerar que seu pensamento educacional está vinculado à sua formação médica e às pesquisas desenvolvidas no campo da psicologia experimental. Além disso, sua atuação como “pensador da história” empenhado no estudo da formação da nacionalidade não deve ser esquecida. Trata-se, como já foi assinalado, de um intelectual polígrafo, como muitos de seu tempo, cuja trajetória foi marcada, de forma notável, pela atuação no âmbito educacional, como professor da Escola Normal, diretor de instrução pública e, sobretudo, como autor de livros destinados à escola e à formação de professores. Feita esta ressalva, cumpre destacar alguns aspectos presentes em seus escritos sobre educação.

Chama atenção de imediato que o autor compartilhava o que pode ser definido como uma *cultura da higiene*,⁷⁰ dotada de um léxico próprio e de um conjunto de princípios e técnicas amplamente difundidos em sua época, em várias partes do mundo, utilizado por médicos, engenheiros, educadores e por muitos daqueles preocupados em conduzir o país ao “progresso”, nos moldes então vistos como “civilizados”.⁷¹

Na virada do século XIX, a perspectiva higienista difundia-se em meio aos debates sobre a questão nacional. Discutia-se a possibilidade de existência da própria nação, considerando a dificuldade de conceber algo como um “povo” brasileiro. A mestiçagem era comumente vista como um obstáculo à afirmação da nacionalidade, num contexto em que teorias deterministas acerca da inferioridade de certas “raças humanas”, afirmavam o alto grau de degeneração da população mestiça. Nesse contexto, e dentro do léxico dominante da biologia, Manoel Bomfim se destaca como

⁶⁹ Lembro o comentário do livreiro Garnier, quando João Ribeiro lhe ofereceu *O fabordão*, visando publicá-lo, após destinar um manual escolar a outro editor, Francisco Alves: “O livro didático, a carne é para o Alves; a literatura, o osso, para mim”. Cf. Afrânio Peixoto apud HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1985, p. 212.

⁷⁰ Sobre a questão da higiene, na virada do século XIX há variadas interpretações. Ver, por exemplo: CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; GONDRA, J. G. *Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez / USF, 1997, p. 291-309.

⁷¹ Roselania Francisconi Borges analisa as idéias de Bomfim, visando identificar os pressupostos higienistas contidos em suas concepções educacionais. Segundo Borges, Bomfim, ao defender a higiene mental e moral da infância brasileira, com base nas ciências naturais, promoveu a justificativa das desigualdades, “escamoteando as contradições sociais inerentes às sociedades de classes”. A pedagogia médico-eugênica era guiada pela premissa de que a difusão da higiene física e moral por meio da educação seria a resposta para as exigências da ordem social burguesa que se consolidava no país. Analisando o livro *Lições de Pedagogia* (ed. 1926 [1ª ed. 1915]) em termos de equívocos e incompletudes, a autora defende que, Bomfim trata a educação como fenômeno isolado das questões sociais. Ver BORGES, Roselania Francisconi. *A pedagogia de Manoel Bomfim: uma proposta higienista na educação*. Maringá, PR: UEM, dissertação de mestrado, 2006. Interpretação diferente pode ser lida, por exemplo, em FREITAS, Marcos Cezar de. Da idéia de estudar a criança no pensamento social brasileiro: a contraface de um paradigma. In: _____ e KUHLMANN JÚNIOR, Moyses (org.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002. A perspectiva assumida aqui é a de que a obra educacional de Bomfim, por sua complexidade e ecletismo, só pode ser bem compreendida se for considerada em conjunto com suas reflexões sobre a formação da nacionalidade brasileira, onde o autor desenvolve sua crítica aos determinismos do meio e da raça e apresenta suas teses sobre a persistência de certas relações de exploração social no país, definidas por meio da linguagem da biologia.

crítico das teorias raciais, por ele consideradas como “sofismas abjetos” mascarados de “ciência barata”, aplicados “à exploração dos fracos pelos fortes”, ou em outros termos, “parasitados” e “parasitas”. O autor criticava a compreensão das desigualdades sociais, para ele resultantes de condições históricas, como “expressão do valor absoluto das raças e das gentes – a prova para sua aptidão ou inaptidão para o progresso”.⁷²

O higienismo – valorizado por sua potencial capacidade de civilizar e regenerar indivíduos e sociedades – ao mesmo tempo em que podia servir ao ocultamento de contradições sociais, à despolitização da realidade, à legitimação de políticas públicas excludentes etc., restringindo a explicação do “atraso” brasileiro à falta de ordem e limpeza, também podia servir como alternativa aos determinismos do meio e da raça então vigentes, alimentando visões menos pessimistas sobre o país.

Essa *cultura da higiene* apoiava-se em um cientificismo difuso, de acordo com o qual a ciência seria o melhor meio para compreender e solucionar os problemas sociais. Para além das particularidades que distinguiam os paradigmas científicos difundidos entre os intelectuais brasileiros da virada do século XIX, observa-se a convergência de perspectivas no sentido de consagrar o saber científico como o caminho ideal para reduzir os fenômenos sociais a leis e informações objetivas, capazes de fomentar o desenvolvimento de instrumentos adequados a intervenções reformadoras na sociedade.

Assim como grande parte dos intelectuais do início do século XX, Bomfim valorizava o saber científico, considerando-o como um pressuposto legítimo e necessário para a compreensão da realidade e a solução dos problemas sociais. A aplicação desse saber se dava por meios diversos, resultando em práticas que se institucionalizaram de forma notável na virada do século, como sugere a criação de gabinetes e laboratórios destinados a experimentações científicas, tais como o laboratório de psicologia experimental, criado em [1906], vinculado ao Pedagogium, no Rio de Janeiro, ou o Gabinete de Psicologia e Antropologia Pedagógica, criado em 1914, anexo à Escola Normal de São Paulo.

Como assinalado, foi como diretor do Pedagogium que Bomfim viajou à Europa em 1902, em comissão pedagógica nomeada pela prefeitura do Distrito Federal. Lá estudou psicologia com Alfred Binet,⁷³ um dos criadores da pedagogia experimental, fundada na observação de fatos, base para a elaboração de métodos práticos destinados à avaliação da aprendizagem, à medição da inteligência e das aptidões das crianças.⁷⁴ Retornou ao Rio em 1903 e algum tempo depois, ajudou a criar um laboratório de psicologia experimental no Pedagogium.⁷⁵ A criação desse

⁷² BOMFIM, *A América Latina*, op. cit., p. 243-244. 3ª ed. Ver também o estudo: SUSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Moderna, [1981].

⁷³ Entre outras coisas, as pesquisas de Binet deram continuidade aos trabalhos de Wilhelm Wundt (1823-1920) – autor também citado por Bomfim –, cujos estudos de psicologia experimental contribuíram para o enfrentamento de problemas educativos, tais como, a memória, a aprendizagem e a solução de problemas. Para Wundt, a psicologia científica compreendia dois grandes ramos: a psicologia fisiológica, dedicada ao estudo dos fatos elementares da consciência, compreendida como a percepção advinda de uma série de vivências em contínuo movimento (atualismo); e a psicologia dos povos, que trata do estudo dos produtos culturais (linguagem, religião, costumes, arte, moral etc.).

⁷⁴ A pedagogia experimental desenvolveu-se na segunda metade do século XIX, representando um esforço no sentido de afastar a pedagogia da filosofia, renovando seus métodos pela adoção de paradigmas científicos oriundos das ciências naturais e da sociologia positiva. Ver CAMBI, op. cit., p. 498-502.

⁷⁵ Lembrando: o Pedagogium foi criado em 1890 e Bomfim foi seu diretor entre os anos de 1896 e 1905 e, posteriormente, entre 1911 e 1919, quando a instituição foi fechada. Tanto Ronaldo Conde

laboratório insere-se no contexto de difusão da pedagogia experimental, observada por meio da organização de laboratórios similares por todo o mundo, que, de modo geral, promoviam pesquisas com o objetivo de solucionar os problemas do ensino, de acordo com as leis das ciências biológicas e sociológicas, a partir de experimentos, análises estatísticas e observação sistemática.⁷⁶

A confluência entre o cientificismo e as discussões sobre “raça”, meio, higienismo, mestiçagem – e, a partir dos anos 1910 e 1920, o sanitarismo⁷⁷ – naturalizava as práticas de mensuração e aferição estatística, além de todo tipo de experimentação aplicável à educação. Nas palavras de Marcos Cezar de Freitas, “a ciência da pedagogia amparada na pedagogia do cientista representava, também, a indicação de uma direção a ser tomada pela sociedade como um todo”. Por conta disso, a ciência e a instrução eram vistas como os melhores instrumentos para a solução dos problemas sociais, sendo que o ponto de partida para um futuro “moderno” – por oposição ao passado e ao presente comumente associados ao “atraso” – era a criança, alvo de projetos por parte da medicina e da educação, dois campos em construção no Brasil do final do século XIX. Identificando a escola como um campo de ação da higiene e, posteriormente, do sanitarismo, justificava-se o empenho na aferição de potencialidades cognitivas e deficiências orgânicas, capazes de justificar progressos e atrasos.⁷⁸

No momento mesmo em que o Brasil passava a ser visto como um país jovem, pois seu potencial de modernização e civilização era lançado para o futuro, a infância tornou-se metáfora da nação a ser examinada e tratada de acordo com métodos científicos.⁷⁹ Instrução, educação sanitária, educação física, hábitos higiênicos na rua,

Aguiar como Regina Helena de Freitas Campos e Mitsuko Aparecida Makino Antunes afirmam que Bomfim fundou e dirigiu um laboratório de psicologia experimental no Pedagogium em 1906. Ver AGUIAR, op. cit., p. 206; CAMPOS, op. cit., p. 14; ANTUNES, *A psicologia no Brasil*, op. cit., p. 68. Porém, no livro *Pensar e Dizer*, de 1923, Bomfim afirma que durante doze anos, ou seja, desde 1911, teve à disposição um laboratório de psicologia. Ver BOMFIM, *Pensar e Dizer*, op. cit., p. 45, nota 10. O ano de 1911 coincide com o retorno de Bomfim à direção do Pedagogium.

⁷⁶ De acordo com Francisco Larroyo, o primeiro laboratório pedagógico foi criado em Chicago, Estados Unidos, em 1899. A partir de então, observam-se iniciativas similares por todo o mundo, tais como: São Petersburgo, 1901; Budapeste, 1902; Milão, 1905; Genebra, 1905. Ver LARROYO, Francisco. *História Geral da Pedagogia*. São Paulo: Mestre Jou, 1974, p. 683. Claparède dirigiu o laboratório de Genebra e visitou o Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Professores, em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1930. Em 1928, essa Escola dera início ao ensino de psicologia em nível superior no Brasil e, em 1929, passou a ser dirigida por Helena Antipoff, ex-aluna de Claparède. Alguns anos antes, em 1913, surgiu o laboratório de psicologia experimental da Escola Normal de São Paulo, onde foram realizadas pesquisas sobre raciocínio infantil, memória, grafismo etc. Nos anos trinta, o laboratório foi dirigido por Lourenço Filho, que desenvolveu experiências com o teste ABC, instrumento de medida da maturidade das crianças para o aprendizado da leitura e da escrita, ainda hoje utilizado. Sobre o desenvolvimento da psicologia no Brasil e suas conexões com a história da educação, ver, por exemplo: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. *História da Psicologia e História da Educação – conexões*. In: VEIGA, Cynthia Greive e FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.129-158.

⁷⁷ Sobre sanitarismo no Brasil, ver, por exemplo: HOCHMAN, Gilberto e LIMA, Nísia Trindade. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República*. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, R. V. (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz / FCRB, 1996, p. 23-40.

⁷⁸ FREITAS, op. cit., p. 351.

⁷⁹ Sobre o imaginário do país novo, ver HANSEN, op. cit.; e, também, LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.

em casa, na escola e no trabalho, serviços de saúde pública etc., tudo isso conjugado ao objetivo de sanar corpo e mente.⁸⁰

Como observou Marcos Cezar de Freitas, as experiências laboratoriais aplicadas à educação mantinham interface com a antropologia, a medicina legal e a psicometria, promovendo a imbricação entre os problemas educacionais e o tema da miscigenação. Desse modo, as ações de educação da infância, moralização, higiene e controle social eram vinculadas, tomando os métodos de aferição da inteligência como instrumentos úteis para verificar os “danos da mestiçagem”. Buscava-se identificar [e corrigir] a “típica” criança brasileira, num contexto em que predominava a diversidade e os determinismos do meio e da raça. Nas palavras do autor:

Mensurar capacidades, sanear e dar argumentos científicos às hierarquizações da sociedade eram gestos intelectuais conexos diante de uma República permanentemente atacada como incompleta e considerada abaixo das expectativas de todos os republicanos.⁸¹

A trajetória de Bomfim exemplifica o engajamento de um intelectual na defesa da instrução pública e da nacionalização da escola, bem como no desenvolvimento de pesquisas experimentais acerca da individualidade da criança, sendo possível identificar o diferencial de sua contribuição ao longo do tempo. Considerado por Freitas como mais um “cientista da educação da criança” que um educador, Bomfim rejeitou o caráter autoritário e dogmático com que a escola habitualmente tratava a criança, criticando, inclusive, a centralidade atribuída ao professor no processo educativo e defendendo o “respeito absoluto à individualidade da criança”.⁸² Isso pode ser inferido a partir do discurso *O respeito à criança*, proferido em 1906, durante a solenidade de formatura das professoras da Escola Normal. Nas palavras de Bomfim:

Evocai os quadros da vida infantil e reconheceréis que persiste, com a tenacidade do mal, esse espírito autoritário e dogmático, que inspirava a educação nos regimes de submissão. É contra essa resistência do passado, deformando o presente e comprometendo o futuro, que eu concito todo o vosso bem-querer, todo o vosso esforço. Tirânicas, dogmáticas, essas práticas educativas eram lógicas – e de um certo modo necessárias, nas épocas de tirania e de dogmatismo. Hoje são dissolventes, ilógicas, criminosas. Pensai que vivemos numa democracia, aspirando realizar um regime de liberdade e justiça. Ora, bem sabeis que o resultado último de uma tal educação é inutilizar definitivamente os homens para o exercício da liberdade, tornar impossíveis as iniciativas e dissolver as individualidades. Qual a sua essência? Considerar a criança um ser sem vontade e substituir o seu querer, o seu julgamento e a sua consciência pela vontade, discernimento e consciência do educador. A criança é um cego: menos que um cego – um autômato. (...) Fôra mesmo impropriedade chamá-los educandos. São adestrados...⁸³

⁸⁰ De acordo com Borges, Manoel Bomfim participou da Liga Brasileira de Higiene Mental, fundada no Rio de Janeiro, em 1923, pelo médico Gustavo Riedel. O objetivo principal da Liga era elaborar programas de higiene mental a serem difundidos por meio do sistema educacional. BORGES, op. cit.

⁸¹ FREITAS, op. cit., p. 352.

⁸² Idem, p. 360 e 362.

⁸³ BOMFIM, Manoel. *O respeito à criança*. Discurso pelo Dr. M. Bomfim, Diretor Geral da Instrução Pública e Professor da Escola Normal, proferido em 27 de setembro de 1906, na solenidade da entrega de diplomas às normalistas da turma de 1905. Rio de Janeiro, mimeo, p. 14-16. Cópia fornecida pelo Sr. Luiz Paulino Bomfim.

Relacionando o tipo de educação à forma de organização da sociedade, o autor procura contrastar o ideal educativo de uma época anterior, caracterizado por “fazer homens submissos”, ajustados a uma sociedade regida por imposições de uma ordem superior, com o ideal da sociedade de sua época, quando “a soberania se generalizou pela universalidade dos cidadãos”, levando em conta que as formas e processos educativos de então estariam ainda muito longe desse ideal.⁸⁴

Acreditando que a liberdade humana só pode ser medida pelas possibilidades de desenvolvimento da ação e da satisfação dos desejos e necessidades, Bomfim defende que a principal atribuição da escola é “ensinar a aprender” e o objetivo da educação é “tornar o indivíduo capaz de adaptar-se, modificar-se por si mesmo”. Nesse processo, mais importante que a soma do que se ensina é o *como* se ensina, sendo que nem a criança deve ser tratada como um receptor passivo – como demonstra o trecho do discurso citado –, nem o professor deve ser visto como um simples transmissor, como explicita no livro *Lições de Pedagogia* (1915). Em suas palavras, o papel do professor é “escolher e sistematizar os fatos, sugerir as hipóteses, verificar as conclusões, insinuar as aplicações, lembrar as analogias”,⁸⁵ de modo a indicar à criança “os meios de disciplinar as próprias forças”.⁸⁶

A atuação de Bomfim como cientista da educação deixou resultados nas obras dedicadas à psicologia da educação e, também, na produção destinada ao uso escolar. No primeiro caso, destacam-se os livros *Noções de psicologia* (1916), *Pensar e dizer* (1923) e *O método dos testes* (1928), este último escrito em parceria com Ofélia e Narbal Fontes, professores da Escola Normal.⁸⁷

Bomfim inovou com estudos arrojados para sua época e iniciou uma reflexão apurada sobre a psicologia educacional, demonstrando certo incômodo diante do excesso de iniciativas antropométricas relativas ao conhecimento da criança. No livro *Pensar e dizer*, o autor expressa a insatisfação com os resultados das pesquisas no laboratório de psicologia experimental, desenvolvidas ao longo de doze anos. Afirma sua recusa diante das práticas que consideravam a sociedade como um organismo similar a outras esferas da biologia.⁸⁸

Como já foi visto, Bomfim fez amplo uso de metáforas biológicas, construindo analogias entre o social e o biológico, como demonstra a noção de parasitismo social, utilizada no livro *A América Latina* (1905). Defendia, então, que “as sociedades existem como verdadeiros organismos, sujeitos como os outros a leis categóricas”.⁸⁹ No entanto, isto não significa que o autor se limitasse a considerar as sociedades como organismos similares aos biológicos.

⁸⁴ Idem, p. 12 e 14.

⁸⁵ Idem, *Lições de Pedagogia*, op. cit., p. 26, 35, 87, 88 e 90.

⁸⁶ Idem, *O respeito à criança*, op. cit., p. 20.

⁸⁷ Idem. *Noções e psicologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916; Idem. *Pensar e dizer*, 1ª. ed. 1923, op. cit.; Idem. *O método dos testes: com aplicações à linguagem do ensino primário*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1928. O livro *Pensar e dizer* apresenta, entre outras coisas, a constatação da existência de uma crise da “psicologia de laboratório” em sua época. O autor afirma que, no período em que esteve em Paris pela primeira vez (1902), realizando estudos sobre os métodos de estudos psicológicos, já se observava certa “descrença e desilusão” nos laboratórios. O autor lembra que o próprio Wundt, que contribuiu para afirmação da psicologia experimental, expressou essa desilusão com a mesma, considerando seus resultados “insignificantes”. De acordo com Bomfim, Binet manifestou opinião semelhante. Ver BOMFIM, *Pensar e dizer*, op. cit., p. 23-24. Essa visão crítica em relação à psicologia de laboratório já está presente no livro *Noções de psicologia*, de 1917. As obras citadas, incluindo o livro *Lições de pedagogia* (edição de 1926) podem ser acessadas no site: <http://201.47.188.102/bvs/ebooks/bomfim.htm> (em dezembro de 2007).

⁸⁸ FREITAS, op. cit., p. 364-365.

⁸⁹ BOMFIM, *A América Latina*, op. cit., p. 51.

Durante século XIX, a homologia entre sociedade e organismo estabelecia um modelo de compreensão dos fenômenos sociais, uma vez – como ensinava a biologia e a química – só o que é vivo poderia evoluir. Essa naturalização do homem garantiu à biologia – que disputava a solução do enigma da origem da humanidade com a teologia e a filosofia – um lugar destacado entre os saberes. O diálogo com a biologia tornou-se o recurso científico fundamental de todo o pensamento social do período, principalmente devido ao fato desta ciência possibilitar o uso de um método comparativo, baseado em homologias e paralelismos, que passaram a ser considerados como instrumentos poderosos de investigação científica, num momento em que os campos de cada ciência ainda não estavam suficientemente delimitados.⁹⁰

Indo além, Bomfim dizia que em sua época se tinha abusado da associação entre sociedades (“grupos sociais”) e “simples organismos biológicos”, afirmando que:

Não é o conceito [de organismos biológicos] que é condenável, e sim a estreiteza de vistas com que o aplicam à crítica dos fatos sociais, mais complexos, sem dúvida, que os fatos biológicos, pois dependem das leis biológicas, e ainda das leis sociais, peculiares a eles.⁹¹

Embora fizesse amplo uso de uma linguagem marcada por metáforas biológicas – fato que, segundo Flora Sussekind e Roberto Ventura, seria responsável pelo esquecimento de sua obra⁹² – a reflexão de Bomfim demonstra o esforço para ir além dos limites do biológico no estudo das crianças, da sociedade e da história. Por um lado, esse esforço encontrou fundamentos na psicologia⁹³; por outro, no estudo da história, inspirado tanto pelas reflexões sobre psicologia social – de que Wundt foi um referencial – quanto pela sociologia nascente no fim do século XIX, sendo notáveis as leituras de Bomfim sobre Gabriel Tarde, um dos “pais fundadores” das ciências sociais.⁹⁴

A autoridade de Bomfim como investigador da inteligência infantil permitiu-lhe participar, por exemplo, da comissão para implantação dos testes de inteligência no ensino primário. Empreendimento que resultou na publicação do livro *O método dos testes com aplicações à linguagem no ensino primário*, em parceria com Ofélia e Narbal Fontes, com a participação de professoras da Escola de Aplicação do Rio de Janeiro. Utilizando as “escalas de Binet”, acreditava-se que os testes poderiam revelar as características da mentalidade infantil, de modo a contribuir para a constituição de

⁹⁰ Ver MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Futuro do passado: uma apologia da América Latina*. Rio de Janeiro: PUC/Departamento de História, dissertação de mestrado, 1997, p. 17, nota 27 e p. 19-21.

⁹¹ BOMFIM, op.cit., p.51. Bomfim defendia que a sociologia podia ser considerada uma ciência por ser: “O estudo de um conjunto de fatos dependentes de leis fatais, tão fatais como as da astronomia ou da química, fatos estreitamente dependentes e relacionados, e pelos quais nos é dado perceber a sociedade como uma realidade à parte, cujas ações, órgãos e elementos são perfeitamente acessíveis ao nosso exame”. Idem, p. 51-52.

⁹² SUSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. *História e Dependência: Cultura e Sociedade em Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Moderna, [1981].

⁹³ Para uma melhor compreensão das idéias de Bomfim sobre psicologia, ver: PENNA, Antonio Gomes. *Apontamentos sobre as fontes e sobre algumas das figuras mais expressivas da Psicologia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1986; ANTUNES, Mitsuko Aparecida M.. *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: Unimarco Editora – Educ, 1999; Idem. A contemporaneidade da obra de Manoel Bomfim. In: BOMFIM, *Pensar e dizer*, op. cit., p. 18-25.

⁹⁴ Sobre Gabriel Tarde, ver: VARGAS, Eduardo Viana. *Antes Tarde do que nunca: Gabriel Tarde e a emergência das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

classes mais homogêneas. Contudo, o próprio Bomfim se posiciona de forma crítica em relação a tais testes, afirmando que “o mais interessante é que os mecanizadores apelam para a escala Binet, sem se lembrarem de que esse deixou a fórmula nítida ‘o teste deve ser interpretativo’”.⁹⁵

Para Bomfim, a criança era um complexo objeto de estudo e as pesquisas deveriam contribuir para a expansão de sua individualidade e independência. O autor criticava o que via como excessos da métrica, considerando os testes úteis, mas capazes de apurar apenas dados limitados, sem dar conta da originalidade e da diferença de qualidade do pensamento infantil. Desse modo, defendia que a ciência sobre a criança deveria estruturar-se menos nas experiências laboratoriais, do que no estudo de sua relação com o mundo social. Ou seja, ao mesmo tempo em que contribuiu para a difusão de práticas de observação da criança e testes de mensuração da inteligência infantil, o autor também posicionou-se de forma crítica em relação aos “excessos e entusiasmos pela mensuração da inteligência”.⁹⁶ Tal perspectiva não deixa de ser um modo de romper com possíveis determinismos e considerar a necessidade de ir além dos limites impostos pela antropometria então vigentes.

Como se afirmou antes, além de “cientista da educação infantil”, Bomfim também foi um notório autor de livros destinados a crianças em idade escolar.⁹⁷ No Brasil do século XIX, o ensino-aprendizagem da leitura nas escolas foi marcado pela prática de adaptar textos europeus à linguagem brasileira. É possível afirmar que, até meados do século XIX, os *livros de leitura* inexistiam nas escolas brasileiras. A base do ensino e da prática de leitura eram os relatos de viajantes, as autobiografias e romances, além de manuscritos (documentos de cartório, por exemplo). Por vezes, a Constituição do Império, o Código Criminal e a Bíblia eram utilizados como manuais de leitura. Somente a partir da segunda metade do oitocentos é que *livros de leitura* destinados às séries iniciais começaram a circular pelo país.⁹⁸ Do mesmo modo, inexistiam, segundo Bomfim e Bilac, livros de composição que servissem de guia para a prática da escrita. Sabendo disso, reuniram extratos de obras literárias no *Livro de composição* (1899), adotado pelo Conselho Superior de Instrução Pública da capital federal e pelos governos dos estados de São Paulo, Bahia, Sergipe, Amazonas,

⁹⁵ FREITAS, op. cit., p. 365-366.

⁹⁶ Ibidem, p. 366-367. Para Bomfim, a psique humana se caracteriza por ser essencialmente socializada, concretizando-se por meio da comunicação entre os indivíduos. Nesse processo, a linguagem tem papel fundamental. No livro *Pensar e Dizer* (1923) – publicado no mesmo ano em que Jean Piaget publicou *A Linguagem e o pensamento da criança* na Europa – o autor realiza um exercício de “interpretação de documentos de pensamento e linguagem”, tomando como fontes os textos de escritores brasileiros, sobretudo poetas, visando compreender os processos de simbolização na vida consciente. Em sua opinião, a consciência só se forma na medida em que se assimila o meio social, de modo que isolar o indivíduo da vida (leia-se “formas históricas e tradicionais”) por meio de abstrações corresponde a uma redução. Ver BOMFIM, *Pensar e dizer*, op. cit., p. 7-8, 15 e 17.

⁹⁷ Bomfim escreveu os seguintes livros destinados à escola primária: *Primeiras saudades* (1920), *Crianças e homens* (1922), *Lições e leituras* (1922) e *Lições e leituras: livro do mestre* (1922), além daqueles produzidos em colaboração com Olavo Bilac, já mencionados: *Livro de composição* (1899), *Livro de leitura* (1901) e *Através do Brasil* (1910), os dois primeiros para o curso complementar e o último, para o curso médio. Há também o *Compêndio de zoologia geral* (1902) e *Elementos de zoologia e botânica gerais* (1904).

⁹⁸ ARROYO, Leonardo. *Literatura infantil brasileira: ensaio de preliminares para a sua história e suas fontes*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1968; ZILBERMAN, Regina e LAJOLO, Marisa. *Um Brasil para crianças*. Para conhecer a literatura infantil brasileira, autores e textos. São Paulo: Global, 1986; PFROMM NETO, Samuel et al. *O livro na educação*. Rio de Janeiro: Primor, 1974.

Ceará, Rio de Janeiro etc.⁹⁹ Alguns anos depois, publicaram o *Livro de leitura* (1901), que também teve ampla distribuição.

A expressão *livro de leitura* servia para designar as obras destinadas ao aprendizado da língua nacional e à aquisição de conhecimentos e regras de moral, considerados úteis à socialização do indivíduo.¹⁰⁰ Nas palavras de Bomfim e Bilac:

Geralmente, os livros de leitura não passam de compilações de conhecimentos úteis, de *lições de coisas* e de regras de moral. São um repositório, um indicador dos assuntos que a criança deve aprender na escola e que o professor precisa ensinar. E assim deve ser, – para os cursos elementar e médio. Aí, esse livro resume todos os outros: é o *livro único*. Nos tempos atuais, nenhum professor, digno desse nome põe nas mãos de um aluno de qualquer desses cursos um compêndio de história, uma aritmética, uma geografia etc. Ensina as coisas, mas ensina-as incidentalmente a propósito da leitura. (...). O livro de leitura não é um livro de consulta filológica, mas sim um modelo de elocução que ela imita, sobre o qual calca a sua linguagem.¹⁰¹

O trecho citado afirma a importância do *livro de leitura* destinado a crianças em idade escolar no início da República, quando a educação passou a ser vista como meio privilegiado para o desenvolvimento da idéia de nação, contribuindo para deslocar o debate sobre a formação da nacionalidade do plano dos determinismos naturalistas para o plano histórico-social.¹⁰² Ao lado dos compêndios dedicados ao ensino dos conteúdos específicos de cada disciplina, os livros de leitura e composição constituíam o conjunto da chamada literatura escolar nacional.

Essa literatura escolar encontrou na Primeira República um terreno favorável. Desde o final do século XIX, alguns dos mais importantes intelectuais brasileiros, como Silvio Romero, Olavo Bilac e Coelho Neto, se dedicaram a escrever livros para o público em idade escolar. A criança passava a ser vista como futuro da nação no momento mesmo em que se construía uma noção de “infância brasileira” e se consolidava a idéia do Brasil como “país do futuro”. No contexto marcado pelo fim da escravidão e início da república, os textos cívicos visavam à formação de cidadãos e a difusão de um modelo de civilização calcado em valores, hábitos e sentimentos compatíveis com o estilo de vida burguês. Diante da constatação do atraso em que o país se encontrava e das visões negativas a respeito do povo brasileiro, tais textos, mais que formar cidadãos, objetivavam promover verdadeira regeneração da nação e de seu povo. Nesse sentido, cabia-lhes promover um ideal de infância, exemplificado pela visão da criança como ser precoce e viril, espécie de “raiz” dos futuros cidadãos.¹⁰³

A obra mais celebrada da parceria Bomfim-Bilac é *Através do Brasil: prática da língua portuguesa – narrativa* (1910), “leitura apaixonada e obrigatória de muitas

⁹⁹ BOMFIM, Manoel e BILAC, Olavo. *Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1904, p. xi. 2ª ed. Revista e aumentada.

¹⁰⁰ Sobre os *livros de leitura*, ver, por exemplo: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira e KLINKE, Karina. Livros escolares de leitura: uma morfologia (1886-1956). *Revista Brasileira de Educação*, n. 20, maio/junho/julho/agosto 2002, p. 27-47.

¹⁰¹ BOMFIM, Manoel e BILAC, Olavo. *Livro de leitura para o curso complementar das escolas primárias*. 1ª edição 1901. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910, p. IX-XII. 9ª edição.

¹⁰² BOTELHO, op. cit.

¹⁰³ Ibidem; HANSEN, op. cit.; CORDEIRO, Andréa Bezerra. *Dando vida a uma raiz: o ideário pedagógico da Primeira República na poesia infantil de Olavo Bilac*. Curitiba: UFPR, dissertação de mestrado, 2004.

gerações de brasileiros”.¹⁰⁴ Podendo ser lido como um romance de formação,¹⁰⁵ o livro conta a história dos irmãos Carlos e Alfredo, que viajam pelo país em busca do pai desaparecido. Viagem no espaço e no tempo, que leva os irmãos pelos caminhos do Brasil do presente e do passado, nas sucessivas paisagens de homens e lugares, de norte a sul do país.

Apresentando o livro como “uma simples narrativa, acompanhada dos cenários e costumes mais distintivos da vida brasileira”, os autores expressam a concepção de que a escola deve ensinar à criança a conhecer a natureza com a qual está em contato e “a vida que ela tem que viver e da qual já participa”. Nesse sentido, o livro de leitura deve fornecer oportunidades para que o professor possa realizar suas lições e, ao mesmo tempo, deve conter em si uma grande lição. Para além do ensino da língua, é preciso promover a instrução moral e o “aprendizado do Brasil”, por meio de uma visão geral de sua natureza e sociedade. A função do professor como “verdadeira enciclopédia” também é explicitada, ao mesmo tempo em que se valoriza o esforço próprio da criança em aprender por si mesma.¹⁰⁶

De acordo com André Botelho, *Através do Brasil* é uma peça decisiva no processo político-social de construção de um “lêxico do Brasil nação”, que difunde os valores cívicos do Estado republicano e serve como veículo do ideário burguês.¹⁰⁷

Deve-se ainda destacar a contribuição de Bomfim, pontual, mas significativa, para o ensino de história. Como diretor de instrução pública, em 1899, emitiu um parecer favorável sobre o *Compêndio de história da América*, escrito por Rocha Pombo.¹⁰⁸ Além de um prêmio em dinheiro, esse trabalho disputava, num concurso, a chance de ser adotado nos cursos de história da América da Escola Normal. Interessado no tema tratado, Bomfim procurou justificar sua iniciativa em emitir tal parecer, mesmo em se tratando de um tema fora da sua alçada. Disse ele:

(...) tal era o interesse que esse assunto apresentava para mim; e só assim se explica essa pretensão de tratar de matéria fora da minha especialidade, e a qual não podia apresentar nenhum título de competência oficial.¹⁰⁹

Comentando esse parecer, Circe Bittencourt lembra o paradigma da história da civilização que se impôs ao longo do século XIX. Inspirado pelo ideário imperialista dos países europeus, o conceito de civilização tornou-se sinônimo de progresso –

¹⁰⁴ LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: história & histórias*. São Paulo: Ática, 1985, p.34. 2ª ed. *Através do Brasil* teve mais de sessenta edições. Foi publicado em 2000 pela Companhia das Letras, como parte da coleção *Retratos do Brasil*. Ver também: BOTELHO, op. cit.; SANTOS, Claudfranklin Monteiro e OLIVA, Terezinha Alves. As multifaces de “Através do Brasil”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 24, n.48, 2004, p. 101-121.

¹⁰⁵ O *romance de formação* – tradução brasileira do termo alemão *Bildungsroman* – é um gênero de narrativa que discorre sobre o processo de formação do indivíduo, compreendido como o desenvolvimento gradativo de suas predisposições, paralelamente a sua socialização. Georg Lukács (1885-1971) indica que a questão fundamental do *romance de formação* (ou de educação, conforme a tradução brasileira) é a crença na possibilidade do desenvolvimento pleno da personalidade humana, no sentido da realização dos ideais humanistas, no contexto da sociedade burguesa, caracterizada pela crescente divisão social do trabalho. Seu conteúdo visa “a educação dos homens para a compreensão prática da realidade”. Ver LUCKÁCS, Georg. Posfácio. In: GOETHE, J. W. *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*. São Paulo: Ed. 34, 2006, p. 592.

¹⁰⁶ BOMFIM e BILAC, *Através do Brasil*, op. cit., p. 43-52.

¹⁰⁷ BOTELHO, op. cit.

¹⁰⁸ Pouco depois, Pombo escreveu *História da América: para escolas primárias* (1904).

¹⁰⁹ BOMFIM, Manoel. *A América Latina*, op. cit., p. 35. Ver BOMFIM, Manoel. *Parecer* (1899). In: POMBO, Rocha. *Compêndio de História da América*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1900, p. vii-xxvii.

identificado a certos modelos de organização política, econômica e social –, sendo utilizado para distinguir povos civilizados e atrasados. A inclusão desses últimos na civilização servia como justificativa para o domínio imperialista em todos os continentes. Uma das tendências da história da civilização era a explicação das diferenças entre os povos e a justificativa da dominação branca européia por meio de teorias raciais. Nesse contexto, os estudos sobre a história da América representavam o esforço no sentido de “deslocar uma constituição identitária forjada sob moldes europeus para o espaço americano, criador de novos projetos para as nações do continente americano”¹¹⁰.

Quando era diretor da Instrução Pública Municipal, Bomfim propôs reformas curriculares visando introduzir a história da América no ensino primário e na Escola Normal. Um dos desdobramentos foi o referido concurso promovido pela Diretoria de Instrução Pública Municipal em 1897, visando premiar o melhor compêndio de história da América destinado ao uso dos alunos da Escola Normal. No edital se lê que tal obra não deveria conter apenas:

altas generalidades etnográficas e filosóficas (...) nem tão pouco uma seca cronológica. A narração dos fatos deve ocupar o primeiro lugar, de sorte que o aluno venha a ter uma noção exata do modo porque cada parte da América foi primeiro descoberta, depois colonizada e chegou afinal à situação em que hoje se acha: ainda de sujeição ou já de independência. É indispensável que durante toda a obra não se perca de vista o seu fim, inteiramente alheio à erudição, visando apenas educar educadores.¹¹¹

A obra vencedora foi a de Rocha Pombo, que, ao relativizar o ideal europeu de civilização, expunha, nas palavras de Bittencourt:

Uma versão sobre os caminhos a serem seguidos pela recente república que, finalmente, se inseria no mundo do republicanismo americano, liberto da escravidão, e que deveria preocupar-se com seu papel frente ao imperialismo europeu e reconhecer a mestiçagem de seu povo como portador de um novo tipo de civilização.¹¹²

Embora tenha encontrado um terreno propício no início da república, o programa de história da América, vinculado a um projeto de identidade nacional bastante distinto daquele que predominava então, não se consolidou, prevalecendo a perspectiva eurocêntrica.

Por fim, a produção de Manoel Bomfim foi, ao menos até certo ponto, esquecida. Embora seu nome tenha permanecido em sucessivos balanços da história intelectual e das idéias da Primeira República, seus livros não foram reeditados (ou melhor, só o foram recentemente, a partir dos anos 1990), a exceção de alguns daqueles destinados ao uso escolar, entre os quais se destaca *Através do Brasil*, que até a década de 1960 teve mais de sessenta edições. Como observou Marcos Cezar de Freitas, seus estudos sobre psicologia educacional foram vistos como “vestígio antecedente”, situado como a contraface do momento seguinte, marcado pela difusão

¹¹⁰ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Identidades e ensino da história no Brasil. In: CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, Maria Fernanda (Org.). *Ensino de história e memória coletiva*. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 40.

¹¹¹ Edital apud POMBO, op. cit., p. vii.

¹¹² BITTENCOURT, op. cit., p. 40.

da Escola Nova.¹¹³ Pode-se acrescentar a isso que uma sólida memória acerca da produção intelectual anterior aos anos 1930 foi construída, identificando esse período como uma espécie de hiato, supostamente marcado pela estagnação criativa e imitação de idéias estrangeiras. Assim, a produção intelectual, literária e científica surgida entre as décadas de 1880 e 1910 foi frequentemente considerada “menor”, “pré-moderna”, precursora do que viria depois. Apesar de algumas vozes dissonantes, essa interpretação prevaleceu até, pelo menos, os anos 1980 e ainda é muito difundida.¹¹⁴ Nesse movimento de invenção das tradições de reflexão sobre o país, muitos autores foram vistos como “menores”, enquanto outros tornaram-se “clássicos” do pensamento brasileiro, devido a sua suposta capacidade de compreender e explicar o Brasil. Desse modo, ambos “clássicos” e “esquecidos” foram retirados de seu próprio tempo e cristalizados em um lugar atemporal, como interpretação definitiva ou, pelo contrário, como interpretação digna de ser esquecida, respectivamente. Concordando com Maria Stella Bresciani, pode-se dizer que isso não deixa de ser uma traição a tais autores, pois desconsidera as preocupações políticas e sociais que lhes foram contemporâneas, que serviram de norte para seus estudos e ações.¹¹⁵

Bibliografia citada:¹¹⁶

- ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República*, 1889-1917. Rio de Janeiro: M. Abranches, 1918, vol. II.
- ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1998.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- ANTUNES, Mitsuko Aparecida M.. *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: Unimarco Editora – Educ, 1999.
- _____. A contemporaneidade da obra de Manoel Bomfim (1868-1932). In: BOMFIM, Manoel. *Pensar e dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem*. São Paulo: Conselho Federal de Psicologia / Casa do Psicólogo, 2006, p. 18-25. Col. Clássicos da Psicologia Brasileira.
- ARROYO, Leonardo. *Literatura infantil brasileira: ensaio de preliminares para a sua história e suas fontes*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1968.

¹¹³ FREITAS, op. cit., p. 346.

¹¹⁴ CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira, momentos decisivos*. São Paulo, Martins Fontes, 1971; Idem. Literatura e subdesenvolvimento. *Argumento*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, 1973, p. 20-21; Idem. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965; BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1997; Idem. O pré-modernismo. São Paulo, Cultrix, 1966; Idem. As letras na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, tomo III, vol. 9, 1997, p. 293-319; LIMA, Luiz Costa. Da existência precária: o sistema intelectual brasileiro. In: _____. *Dispersa demanda* (ensaios sobre literatura e teoria). Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981, p. 3-29. Originalmente publicado in *Cadernos de Opinião*, Rio de Janeiro, n. 2-5, 1978.

¹¹⁵ Bresciani se refere apenas aos clássicos. Ver: BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2005, p. 16. E, também: GONTIJO, Rebeca. Esboço final. In: _____. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Niterói: UFF, tese de doutorado, 2006.

¹¹⁶ Os textos de Manoel Bomfim citados foram excluídos dessa bibliografia para evitar repetição, uma vez que a referência completa dos mesmos pode ser encontrada nas notas e na bibliografia de Bomfim incluída no fim do livro.

- AUGUSTO, Sérgio. Prefácio. In: *O Tico-Tico: Centenário da Primeira Revista de Quadrinhos do Brasil*. Organização: Waldomiro Vergueiro e Roberto Elísio dos Santos. São Paulo: Opera Graphica Editora, 2005.
- BARBOSA, Marialva. Boemia literária. In: _____. *Os donos do Rio*. Imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, p. 95-107.
- BARBOSA, Rui. Do museu pedagógico. In: _____. *Obras completas de Rui Barbosa – Reforma do ensino primário e várias instruções complementares da instrução pública*. Edição comemorativa do 1º centenário dos pareceres apresentados na Câmara do Império em 1882. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, vol. X, tomo III, 1883, p. 190-216.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira e KLINKE, Karina. Livros escolares de leitura: uma morfologia (1886-1956). *Revista Brasileira de Educação*, n. 20, maio/junho/julho/agosto 2002, p. 27-47.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Identidades e ensino da história no Brasil. In: CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, María Fernanda (Org.). *Ensino de história e memória coletiva*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- BITTENCOURT, Liberato. *Homens do Brasil*, vol. I. Sergipe. 2ª. edição correta e aumentada. Rio de Janeiro, Typ. Mascotte, 1917.
- BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional [e] Imprensa Nacional, 1883-1902, 7 vols.
- BORGES, Roselania Francisconi. *A pedagogia de Manoel Bomfim: uma proposta higienista na educação*. Maringá, PR: UEM, dissertação de mestrado, 2006.
- BOSI, Alfredo. As letras na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, tomo III, vol. 9, 1997, p. 293-319.
- _____. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1997.
- _____. *O pré-modernismo*. São Paulo, Cultrix, 1966.
- BOTELHO, André. *Aprendizado do Brasil: a nação em busca de seus portadores sociais*. Campinas: Unicamp, 2002.
- BRAGANÇA, Aníbal. A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: Fapesp, 1999, p. 451-476.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2005.
- CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1999.
- CAMPOS, Humberto de. *Diário secreto*, vol. II. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1954.
- CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Apresentação. In: BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem*. 1ª ed. 1923. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- _____. História da Psicologia e História da Educação – conexões. In: VEIGA, Cynthia Greive e FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.129-158.
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira, momentos decisivos*. São Paulo, Martins Fontes, 1971.
- _____. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.
- _____. Literatura e subdesenvolvimento. *Argumento*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, 1973, p. 20-21.

- CARVALHO, Marta Maria Chagas de Carvalho. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, Diana Gonçalves e HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (org.). *Tópicos em história da educação*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 137-167.
- _____. A caixa de utensílios e o tratado: modelos pedagógicos, manuais de pedagogia e práticas de leitura de professores, disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo03>.
- _____. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez / USF, 1997, p. 291-309.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982, p. 65-119.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*. Porto Alegre: Pannomica, n. 2, 1990, p. 177-229.
- CORDEIRO, Andréa Bezerra. *Dando vida a uma raiz: o ideário pedagógico da Primeira República na poesia infantil de Olavo Bilac*. Curitiba: UFPR, dissertação de mestrado, 2004.
- CORRÊA, Marisa. *As ilusões da liberdade. A escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco, 2001.
- CORTÉS, C. *Homens e Instituições do Rio*. Rio de Janeiro: s. e., 1957.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. O Almanaque Garnier, 1903-1914: ensinando a ler o Brasil, ensinando o Brasil a ler. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: Fapesp, 1999, p. 477-504.
- FREITAS, Marcos Cezar de. Da idéia de estudar a criança no pensamento social brasileiro: a contraface de um paradigma. In: _____ e KUHLMANN JÚNIOR, Moyses (org.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.
- GOMES, Angela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: _____; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (coord.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC-FGV, 2002.
- _____. *Essa gente do Rio... Modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- _____. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 13-47.
- GONDRA, J. G. *Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.
- _____. e UEKANE, Marina Natsume. Em nome de uma formação científica: um estudo sobre a Escola Normal da Corte. *Educação*, Santa Maria, vol. 30, n. 2, 2005, p. 55-70.
- GONTIJO, Rebeca. Esboço final. In: _____. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Niterói: UFF, tese de doutorado, 2006.
- _____. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOHIET, Rachel; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 259-284.
- Grande Enciclopédia Delta Larousse*. Rio de Janeiro: Delta, 1978.

- GRIMAL, Pierre (dir.). *Dicionário Internacional de Biografias*. São Paulo: Martins Fontes, 1969.
- GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro [Empresa Graphica Editora Paulo, Pongetti & C.], 1925.
- GUIMARÃES, Argeu. *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro de Diplomacia, Política Externa e Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1938.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1985.
- HANSEN, Patrícia Santos. *Brasil, um país novo: literatura cívico-patriótica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. São Paulo: USP, tese de doutorado, 2007.
- HOCHMAN, Gilberto e LIMA, Nísia Trindade. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, R. V. (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz / FCRB, 1996, p. 23-40.
- KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006, p. 305-327.
- LAJOLO, Marisa. *Usos e abusos da literatura na escola. Bilac e a literatura escolar na Primeira República*. Rio de Janeiro: Globo, 1982.
- _____ e ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: história & histórias*. São Paulo: Ática, 1985.
- LARROYO, Francisco. *História Geral da Pedagogia*. São Paulo: Mestre Jou, 1974.
- LIMA, Luiz Costa. Da existência precária: o sistema intelectual brasileiro. In: _____. *Dispersa demanda* (ensaios sobre literatura e teoria). Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981, p. 3-29. Originalmente publicado in *Cadernos de Opinião*, Rio de Janeiro, n. 2-5, 1978.
- LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.
- LUCKÁCS, Georg. Posfácio. In: GOETHE, J. W. *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- MACHADO NETO, A. L. A boêmia literária. In: _____. *Estrutura social da república das letras*. Sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930. São Paulo: Edusp/Grijalbo, 1973, p. 91-98.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Futuro do passado: uma apologia da América Latina*. Rio de Janeiro: PUC/Departamento de História, dissertação de mestrado, 1997.
- MELO, Luís Correia de. *Subsídios para um dicionário dos intelectuais riograndenses*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional [e] Imprensa Nacional, 1883-1902, 7 vols.
- MENDONÇA, Carlos Sussekind de. Recordações de Medeiros e Albuquerque. *Revista do Livro*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e Cultura, ano IV, vol. 14, n. 59, p. 65-77.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 2ª edição.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

- PENNA, Antônio Gomes. Acerca dos psicólogos-educadores na cidade do Rio de Janeiro: Manoel Bomfim, Maurício Campos de Medeiros, Plínio Olinto e Lourenço Filho. *Forum Educacional*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 13, n. 3, jun./ago., 1989.
- _____. *Apontamentos sobre as fontes e sobre algumas das figuras mais expressivas da Psicologia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1986.
- PFROMM NETO, Samuel et al. *O livro na educação*. Rio de Janeiro: Primor, 1974.
- PINTASSILGO, Joaquim. Os manuais de pedagogia no primeiro terço do século XX: entre a tradição e a inovação. In: _____; FREITAS, Marcos Cezar de; MOGARRO, Maria João; CARVALHO, Marta Maria Chagas de (org.). *História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Edições Colibri, 2006, p. 175-200.
- Revista Pedagógica*, tomo 9, n. 48, 15/06/1896.
- ROMERO, Silvio. *A América Latina: análise do livro de igual título do dr. Manoel Bomfim*. Porto: Chardron, 1906.
- ROSA, Zita de Paula. *O Tico-Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica*. São Paulo: Ed. Universitária São Francisco, 2002.
- SANTOS, Claudfranklin Monteiro e OLIVA, Terezinha Alves. As multifaces de “Através do Brasil”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 24, n.48, 2004, p. 101-121.
- SCHUELER, A. F. M.. Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (Corte imperial, 1860-1889). *Revista de Educação Pública*, v. 32, p. 50-65, 2007.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, FGV / UFRJ, 1996, p. 231-269.
- SOUSA, J. Galante de. *O teatro no Brasil*, tomo II. Subsídios para uma biobibliografia do teatro no Brasil. Rio de Janeiro: INL, 1960.
- STUDART, Guilherme. *Dicionário Biobibliográfico Cearense*. Fortaleza: Typo-Litografia a vapor e Typ. Minerva, de Anis Bezerra, 1910-1915, 3 vols.
- SUSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Moderna, 1981.
- TREBITSCH, Michel. Avant-propos: la chapelle, le clan et le microcosme. *Les Cahiers de l'Institut d'Histoire du Temps Present – Sociabilites intellectuelles*, [Paris], Centre National de la Recherche Scientifique, n. 20, mars 1992, p.11-21.
- TREVISAN, Thabatha Aline. *A pedagogia por meio de Pedagogia: teoria e prática (1954), de Antonio d'Avila*. Marília, SP: Universidade Estadual Paulista, dissertação de mestrado, 2007.
- VARGAS, Eduardo Viana. *Antes Tarde do que nunca: Gabriel Tarde e a emergência das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.
- VELHO SOBRINHO, J. F. *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: [Irmãos Pongetti], vol. I, 1937; Ministério da Educação e Saúde, vol. II, 1940.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. Cafés, revistas e salões: microcosmo intelectual e sociabilidade. In: _____. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 35-85.
- VERÍSSIMO, José, A instrução pública: 1500-1900. *Livro do Centenário*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.
- _____. *A educação nacional*. 1ª ed. 1890. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 3ª ed.

- _____. A instrução no Brasil atualmente. [Introdução de 1906]. In: _____. *A educação nacional*. 1ª ed. 1900. Porto Alegre: Mercado das Letras, 1985, p. 13-39. 3ª ed.
- _____. Livros e autores de 1903 a 1905. In: *Estudos de literatura brasileira*, 6ª. série. Belo Horizonte, MG: Itatiaia; São Paulo: USP, 1977 [1905], p. 126-7.
- _____. O Pedagogium. *Revista Pedagógica*, tomo 5, n. 10, 15/08/1892, p. 324-347.
- ZILBERMAN, Regina e LAJOLO, Marisa. *Um Brasil para crianças*. Para conhecer a literatura infantil brasileira, autores e textos. São Paulo: Global, 1986.



O trabalho Manoel Bomfim, educador e "cientista da educação" de [Rebeca Gontijo](#) foi licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição - NãoComercial - SemDerivados 3.0 Não Adaptada](#).